



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC  
PRÓ- REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS – PROFLETRAS**

**DANIELA RIBEIRO DE CARVALHO**

**VARIAÇÃO LINGUÍSTICA EM SALA DE AULA: indo além do livro didático**

**ILHÉUS – BAHIA  
2020**

**DANIELA RIBEIRO DE CARVALHO**

**VARIAÇÃO LINGUÍSTICA EM SALA DE AULA: indo além do livro didático**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) da Universidade Estadual de Santa Cruz, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras da Rede Nacional.

Área de concentração: Linguagens e Letramentos

Orientadora: Profa. Dra. Gessilene Silveira Kanthack

**ILHÉUS – BAHIA  
2020**

C331 Carvalho, Daniela Ribeiro de.

Variação linguística em sala de aula : indo além do livro didático / Daniela Ribeiro de Carvalho. – Ilhéus : UESC, 2020.

Orientadora : Gessilene Silveira Kanthack.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Santa Cruz. Programa de Mestrado Profissional em Letras.

Inclui referências.

1. Língua portuguesa – Estudo e ensino. 2. Livro didático. 3. Formação de professores. I. Kanthack, Gessilene Silveira.

II. Título.

CDD – 469.07

**DANIELA RIBEIRO DE CARVALHO**

**VARIAÇÃO LINGUÍSTICA EM SALA DE AULA: indo além do livro didático**

Ilhéus, 24 de março de 2020.

---

Profa. Dra. Gessilene Silveira Kanthack  
UESC/Ilhéus - BA  
(Orientadora)

---

Profa. Dra. Sandra Carneiro de Oliveira  
UFBA/Salvador - BA

---

Prof. Dr. Rogério Soares Oliveira  
UESC/Ilhéus - BA

Para o meu tio/dindo  
João Carlos Querino Ribeiro (*in memoriam*),  
por todo incentivo, amor e confiança.  
Te amo eternamente...

## **AGRADECIMENTOS**

Sou infinitamente grata a Deus, pelo dom da vida, pelo sustento diário, pela sabedoria, coragem, persistência e pelo discernimento; e à Nossa Mãe Santíssima, pelo colo tão afetuoso e acolhedor.

Aos meus pais William Pedreira de Carvalho e Maria das Graças Ribeiro de Carvalho (Mara), pelo amor incondicional, pelos conselhos, pelo carinho e pela compreensão nas minhas ausências.

Ao meu irmão, Lucas Ribeiro de Carvalho, pelo incentivo e por acreditar que sou capaz.

À minha família Ribeiro e Carvalho, por estarem sempre presentes.

Ao tão amado “relicário templo do saber”, Colégio da Polícia Militar de Itabuna, pela oportunidade de poder a cada dia ser uma profissional melhor, e aos colegas/amigos do CPM – Itabuna, em especial Vitória Amélia, por estarem sempre na torcida vibrando a cada vitória.

À amiga/diretora Alexsandra e ao amigo Ten. Cel. Alberto Beanes, por confiarem em mim e me permitirem completar esta etapa.

Aos amigos Alex Araújo, Denise Brito e Luiz Gonzaga Neto, pelo apoio, disponibilidade e presteza.

À amiga Joseane Dantas, por reconhecer a importância deste momento e me ajudar sempre a mudar o foco.

Às amigas de sempre, em especial, Larissa Pereira, Tânia Valéria e Solange da Hora, pelas palavras amigas e incentivadoras em momentos de solidão.

Aos amigos de perto e de longe, que sempre torcem por mim e vibram a cada vitória, em especial Dayana Ninck.

A Welden Penteado, Gratidão!

Ao Programa Profletras e à Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, que me oportunizaram viver esta experiência tão significativa.

Às colegas do meu trio Profletras, Roberta Lopes e Izabel Bastos, por terem sido o sustento na caminhada, a mão amiga. Ninguém soltou a mão de ninguém e hoje aqui estamos juntas, concluindo esta etapa.

Aos colegas/amigos de turma, em especial, Joziane Mares, Keila Góes e Soade Jorge, pelos dias felizes que tivemos, pelas trocas e cumplicidade. Vocês foram presentes de Deus.

Aos professores Fernanda Lunkes, Sandra Sacramento, Eduardo Lopes, Rogério Soares, Rosenaide, Wolney e, em especial, Nair Floresta, por ter me enxergado no momento de angústia e reflexão.

Aos professores Eduardo Lopes e Rogério Soares, pelas belíssimas e proveitosas considerações na banca de qualificação.

Aos professores Sandra Carneiro e Rogério Soares, por aceitarem fazer parte da minha banca de conclusão.

E o agradecimento especial à minha orientadora Gessilene Silveira Kanthack, que me deu todo o suporte teórico, metodológico e, por vezes, emocional. Agradeço pelo apoio, pela compreensão, pelo incentivo. Por acreditar em minhas potencialidades. Por ser gente como a gente e ter uma escuta ativa e admirável em meio às minhas limitações.

Muito obrigada!

## **VARIAÇÃO LINGUÍSTICA EM SALA DE AULA: indo além do livro didático**

### **RESUMO**

Este trabalho teve como objetivo geral compreender como a variação linguística é abordada em livros didáticos de língua portuguesa. Para tanto, recorreremos a quatro pesquisas realizadas à luz da Sociolinguística Variacionista, duas do Ensino Médio, Coelho (2007) e Gonzalez (2013), e duas do Ensino Fundamental, Chamma (2007) e Francisco (2018). Os resultados dessas pesquisas indicam que os livros didáticos contemplam o tema da variação linguística, atendendo às orientações de documentos oficiais, a exemplo dos Parâmetros Curriculares Nacionais e da Base Nacional Comum Curricular, mas ainda não é de forma satisfatória, pois há equívocos conceituais, confusões terminológicas e reflexões limitadas sobre determinados aspectos que caracterizam a realidade sociolinguística brasileira. Tendo em vista essas constatações, e reconhecendo a necessidade da formação continuada do professor de língua portuguesa, em especial os que atuam no Ensino Fundamental II, sugerimos, como proposta de intervenção, um Caderno Pedagógico com orientações sociolinguísticas (cf. Labov, 2008 [1972]; Tarallo, 1990; Bagno, 2007, 2013; Mollica, Braga, 2015; Bortoni-Ricardo, 2004, 2005, 2014; entre outros), visando complementar o tratamento a ser dado ao tema da variação linguística em sala de aula.

Palavras-chave: Variação linguística. Livro didático. Formação Continuada. Caderno Pedagógico. Profletras.



## **LINGUISTIC VARIATION IN THE CLASSROOM : going beyond of the textbook**

### **ABSTRACT**

The general objective of this work was to understand how the linguistic variation is covered in Portuguese Language text books. To achieve this, we turn to four researches carried out according to Variationist Sociolinguistics, two from High School, Coelho (2007) and Gonzalez (2013), and two from Elementary School, Chamma (2007) and Francisco (2018). The results of this research indicates that text books contemplate the theme of language variation, considering the guide lines of official documents, such as the National Curriculum Parameters and the Common National Curriculum Base, but, yet, it is not satisfactorily, as there are conceptual misunderstandings, confusing terminology and limited reflections on certain aspects that mark the Brazilian sociolinguistic reality. In view of these findings, and recognizing the need for continuing education of the Portuguese language teacher, especially those working in teaching in Elementary School , we suggest, as an intervention proposal, a Pedagogical Notebook with sociolinguistic orientations (cf. Labov, 2008 [1972]); Tarallo, 1990; Bagno, 2007, 2013; Mollica, Braga, 2015; Bortoni-Ricardo, 2004, 2005, 2014; among others), aiming to complement the treatment to be given to the theme of linguistic variation in the classroom.

**Keywords:** Linguistic Variation. Textbook. Continuing Education. Pedagogical Notebook. Proletras.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	vi
<b>ABSTRACT</b> .....	vii
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>CAPÍTULO 1: LÍNGUA, SOCIEDADE E HETEROGENEIDADE: AS CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLINGÜÍSTICA</b> .....	11
1.1 Introdução .....	11
1.2 Sociolinguística: do surgimento aos conceitos fundamentais.....	11
1.3 Sociolinguística: impactos no ensino de língua portuguesa.....	15
1.4 Encerrando o capítulo .....	18
<b>CAPÍTULO 2: A VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA: DOS DOCUMENTOS OFICIAIS AOS LIVROS DIDÁTICOS</b> .....	20
2.1 Introdução .....	20
2.2 O que dizem os documentos oficiais sobre diversidade e variação linguística ...	20
2.3 O que revelam pesquisas sobre variação linguística no livro didático.....	23
2.3.1 A pesquisa de Coelho (2007) .....	24
2.3.2 A pesquisa de Gonzalez (2013) .....	25
2.3.3 A pesquisa de Chamma (2007) .....	28
2.3.4 A pesquisa de Francisco (2018).....	30
2.4 Encerrando o capítulo.....	32
<b>CAPÍTULO 3: PRESSUPOSTOS SOCIOLINGÜÍSTICOS NA FORMAÇÃO DOCENTE CONTINUADA: A VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA EM QUESTÃO</b> .....	33
3.1 Introdução.....	33
3.2 O Caderno Pedagógico: seu objetivo e sua composição.....	33
3.3 O Caderno Pedagógico propriamente dito.....	34
<b>CONCLUSÕES</b> .....	70
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	71
<b>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA</b> .....	74

## INTRODUÇÃO

Como se sabe, uma língua é, por natureza, heterogênea, flexível, dinâmica, mutável, sendo essas propriedades resultantes da influência de fatores diversos: região, escolaridade, profissão, faixa etária, sexo/gênero, estilo, status social, entre outros. Dessas influências, surge a variação linguística, fenômeno que indica que uma língua nunca é estática, mas, sim, dinâmica, um produto em constante variação e renovação.

Em se tratando do ensino de língua portuguesa no Brasil, é fato que ainda se prega a ideologia do monolinguismo (ou unilinguismo)<sup>1</sup>, com um enfoque que visa orientar os alunos quanto ao uso de uma norma específica, a chamada variante de prestígio, e, com isso, a diversidade linguística não é tratada de forma adequada, o que, muitas vezes, leva o aluno a acreditar que o falar diferente é “errado”, “feio”, “incorreto”.

Com o advento dos estudos sociolinguísticos, a diversidade linguística passou a ter lugar de destaque, a ser reconhecida como fenômeno que pode ser descrito e analisado sistematicamente, o que, conseqüentemente, impulsionou a escola a adotar uma política/atitude realista frente à diversidade e às variações linguísticas, no sentido de combater o preconceito linguístico e possibilitar novos olhares sobre o multilinguismo<sup>2</sup> – fato já permanente e indiscutível no contexto em que vivemos. A propósito, documentos oficiais como os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular orientam sobre a necessidade do ensino da variação linguística, no intuito de se reconhecer a língua como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem.

No entanto, questionamos: o livro didático, um dos principais instrumentos utilizados pelos professores de língua portuguesa, contempla satisfatoriamente o tema da variação linguística? Esse questionamento foi respondido a partir da consulta feita a quatro pesquisas realizadas à luz da Sociolinguística Variacionista, duas do Ensino Médio, Coelho (2007) e Gonzalez (2013), e duas do Ensino Fundamental, Chamma

---

<sup>1</sup> Esse termo tem sido usado por muitos linguistas teóricos e aplicados como condição de falantes que convivem apenas com uma única língua nacional que é também sua língua primeira ou materna.

<sup>2</sup> Esse termo diz respeito à convivência cada vez maior de comunidades que têm que lidar com mais de uma língua no mesmo espaço nacional ou em situações profissionais e culturais.

(2007) e Francisco (2018), por meio das quais procuramos compreender como a variação linguística é abordada em livros didáticos de língua portuguesa.

O interesse em compreender melhor o tema da variação linguística surgiu das experiências que vivenciamos há muito tempo em sala de aula. Ele foi ampliado à medida que fomos cursando o Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS), o que nos oportunizou refletir mais sistematicamente sobre questões que envolvem esse assunto, e, conseqüentemente, nos motivou a apresentar, como proposta de intervenção, um Caderno Pedagógico com orientações sociolinguísticas voltadas a professores do Ensino Fundamental II, com a expectativa de que ele possa subsidiar teoricamente o trabalho a ser desenvolvido, em sala de aula, sobre a variação linguística.

A propósito, o Caderno Pedagógico será apresentado, especialmente, aos professores de língua portuguesa durante três AC's (aulas complementares) da I unidade letiva do Colégio da Polícia Militar – Itabuna/Bahia, como uma atividade de formação continuada. Essa apresentação ocorrerá nesse Colégio tendo em vista que é o nosso espaço de atuação, mas, também, com a possibilidade de compartilhar com outros colegas de outras instituições.

Para fins práticos, a dissertação está organizada assim: No capítulo 1, *Língua, Sociedade e Heterogeneidade: As Contribuições da Sociolinguística*, apresentamos a Sociolinguística, ramo da linguística que explica a heterogeneidade da língua. Abordamos conceitos e noções fundamentais para a compreensão do objeto *língua*, além de pressupostos da Sociolinguística Educacional, que defende a desconstrução de crenças que permeiam o ensino de língua portuguesa. No capítulo 2, intitulado *A Variação Linguística: dos documentos oficiais aos livros didáticos*, primeiro, pontuamos como a variação linguística é vista e recomendada por documentos oficiais como os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular. Segundo, compreendemos como o livro didático aborda o tema em questão, tendo, como parâmetro, pesquisas que voltaram a atenção tanto para livros do Ensino Fundamental quanto para livros do Ensino Médio. No Capítulo 3, *Pressupostos Sociolinguísticos na Formação Docente Continuada: A Variação Linguística em Questão*, apresentamos a nossa proposta de intervenção, uma vez que é exigência do Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) que todas as pesquisas desenvolvidas sejam concluídas com um trabalho que possa impactar diretamente o fazer docente dos professores que têm a língua portuguesa como objeto de ensino.

As considerações finais e os referenciais utilizados (referências e bibliografias consultadas) encerram o trabalho.

## **CAPÍTULO I: DOS CONCEITOS CLÁSSICOS DA SOCIOLINGUÍSTICA ÀS CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLINGUÍSTICA EDUCACIONAL**

### 1.1 Introdução

Neste capítulo, apresentamos pressupostos defendidos pela Sociolinguística, vertente teórica que explica a heterogeneidade da língua correlacionando o uso efetivo da mesma com aspectos sociais e linguísticos. Abordamos conceitos e noções fundamentais que permitiram essa área da Linguística se solidificar e contribuir muito para o ensino de língua materna. Dentre as contribuições, destacamos as que são propostas pela chamada Sociolinguística Educacional, que defende a implantação de uma pedagogia voltada para as diferenças sociolinguísticas e culturais dos alunos, no sentido de desconstruir crenças que permeiam, em particular, no ensino de língua portuguesa.

### 1.2 Sociolinguística: do surgimento aos conceitos fundamentais

A Sociolinguística surgiu com o objetivo de dar conta da língua, instituição social, em seu uso concreto. Oficialmente, sua origem está ligada a um congresso organizado por William Bright, em 1964, na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), nos Estados Unidos da América. Nesse evento, participaram inúmeros estudiosos, que, posteriormente, tornaram-se as grandes referências nos estudos voltados para a relação entre o social e a língua (CALVET, 2002).

Os trabalhos desse congresso foram publicados em 1966 pelo seu organizador William Bright, que, ao escrever o capítulo introdutório, intitulado *As dimensões Sociolinguísticas*, acabou lançando as bases dessa nova área de estudo. Colaboraram para a implementação efetiva da nova perspectiva os participantes do Congresso Uriel Weinreich (que tratava do contato linguístico em situação de bilinguismo), Marvin Herzog (que abordava a interação dialetal) e William Labov (que investigava realidades sociolinguísticas urbanas), sendo este último um dos maiores expoentes da teoria da variação linguística (ALKMIN, 2001).

A propósito, Labov se tornou conhecido pelos trabalhos que revelaram os padrões sociais dos falantes da Ilha de Martha's Vineyard, no litoral de Massachusetts (EUA), e a estratificação social (definida como o produto da diferenciação e da

avaliação sociais) do inglês em New York. Nesses trabalhos, Labov sustenta o principal pressuposto assumido pela Sociolinguística: de que linguagem e sociedade estão intimamente relacionadas e que a heterogeneidade linguística é consequência natural, que pode ser captada e sistematizada quantitativamente. Para isso, ele propôs um modelo de análise linguística, também rotulado por alguns de “sociolinguística quantitativa”, capaz de operar com números e tratamento estatístico para os dados coletados. Segundo Naro (2015, p. 25), esse modelo constitui-se numa “ferramenta poderosa e segura que pode ser usada para o estudo de qualquer fenômeno variável nos diversos níveis e manifestações linguísticas”.

A concepção e o alcance do modelo sociolinguístico de Labov são a um só tempo sincrônico e diacrônico. Em termos práticos, isso quer dizer que se pode pesquisar a língua de diferentes perspectivas usando o modelo proposto pelo autor. Numa perspectiva diacrônica, estuda-se a evolução e as mudanças implementadas numa língua. Com essa perspectiva, é possível certificar, conforme Dubois (2004), que uma língua não é jamais, numa época, num lugar, num grupo social, idêntica ao que ela é noutro lugar e noutro grupo social, provando que não se pode considerar a língua definitiva, estagnada, mas, sim, dinâmica e, por isso, em constante mudança. Por outro lado, numa perspectiva sincrônica, estuda-se a língua em um determinado período através de um recorte, possibilitando observar e descrever como a língua é efetivamente usada pelos falantes.

Partindo do pressuposto de que não há sociedade sem linguagem e tampouco sociedade sem comunicação, os estudiosos da sociolinguística passaram a defender que não era possível estudar a língua sem levar em consideração a sociedade em que é falada, destacando a importância de se considerar, como ponto de partida, a comunidade linguística, que, segundo Alkmin (2001, p. 31), “é um conjunto de pessoas que interagem verbalmente e que compartilham um conjunto de normas com respeito aos usos linguísticos”. Nesse processo de interação, naturalmente a variação linguística ocorre, afinal, segundo Bagno (2007, 47- 48),

toda língua é um feixe de variedades. Cada variedade linguística tem suas características próprias, que servem para diferenciá-la das outras variedades. (...) toda e qualquer variedade linguística é plenamente funcional, oferece todos os recursos necessários para que seus falantes interajam socialmente.

Compreender e explicar o que motiva a variação linguística é um dos objetivos principais da Sociolinguística. Para ela, a variação não é vista como um efeito do acaso, mas como um fenômeno cultural motivado por fatores linguísticos (também conhecidos como fatores estruturais) e extralinguísticos (também chamados de sociais), ambos operando “num complexo de relações que inibem ou favorecem o emprego de formas variantes semanticamente equivalentes” (MOLLICA, 2015, p, 27). Dizer que a variação não ocorre por acaso significa dizer que ela “não é aleatória, fortuita, caótica – muito pelo contrário, ela é estruturada, organizada, condicionada por diferentes fatores” (BAGNO, 2007, p. 40), podendo ocorrer em todos os níveis da língua.

A propósito, se pensarmos nas várias maneiras em que o “r” é pronunciado na língua portuguesa, temos um exemplo de variação fonético-fonológica. Analisando as formas diferentes de palavras expressarem a mesma ideia (pegajoso/peguento, por exemplo), temos a variação morfológica. Se posicionarmos elementos de forma diferente na frase (A casa caiu/caiu a casa), temos a variação sintática. Já quando usamos a mesma palavra, mas com significados diferentes (vexame-vergonha/vexame-prensa), ocorre a variação semântica. Quando temos várias palavras para determinar um mesmo sentido (mijo, xixi, urina), falamos em variação lexical, e, por fim, no momento em que utilizamos situações diferentes de interação social (queiram se sentar/ vamosentano ai), temos a variação estilístico-pragmática (BAGNO, 2007).

Dentre os conceitos relevantes para a compreensão dos fenômenos variáveis está o de variantes linguísticas, que são as diversas formas alternativas que configuram um fenômeno variável. Nas palavras de Tarallo (1990, p. 8), variantes “são diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade”. A um conjunto de variantes, dá-se o nome de variável linguística. Exemplificando: o verbo *ir*, que denota movimento, tem sua regência variável, podendo, por exemplo, ora selecionar a preposição *a*, ora a preposição *para*: *vou a Ilhéus*, *vou para Ilhéus*. Temos aqui uma variável linguística composta de duas variantes, ambas apresentando o mesmo valor de verdade.

A variante linguística também é denominada de variável dependente, pois não ocorre aleatoriamente, já que ela é influenciada por grupos de fatores externos ou internos à língua, denominados de variáveis independentes. Essas variáveis atuam como condicionantes para a utilização das variantes que podem permanecer estáveis ou não no sistema da língua. Sobre isso, Mollica (2015, p. 15) esclarece:



Tal como existem condições ou regras que obrigam o falante a usar certas formas (a casa) e não outras (casa a), também existem condições ou regras mudáveis que funcionam para favorecer ou desfavorecer, variavelmente e com pesos específicos, o uso de uma ou outra das formas em cada contexto. Isso pressupõe que na língua variantes podem estar em competição, no sentido de que ora pode ocorrer uma, ora pode ocorrer outra.

A propósito, competição é uma palavra-chave na Sociolinguística, pois o que ela defende é que as estruturas competem entre si num mesmo campo de batalha, podendo resistir ou não. A influência das variáveis independentes será determinante para o aumento ou a diminuição da frequência de uso de uma determinada variante linguística.

Um outro termo bastante utilizado na Sociolinguística é variedades, que corresponde a um dos muitos modos de falar uma língua. Para identificar as variedades, os termos associados são: dialeto (modo particular da língua de um determinado lugar), socioleto (modo de falar de um determinado grupo de falantes que compartilha condições afins), cronoletto (modo de falar próprio de uma determinada geração de falantes) e idioletto (modo de falar de um indivíduo, suas predileções vocabulares, seu modo particular, pessoal e intransferível de uso da língua) (BAGNO, 2007).

Todas as variedades linguísticas têm sua lógica de funcionamento, obedecem a regras sistemáticas que podem ser descritas e analisadas. Com relação ao termo variedade, comumente ele tem sido muito empregado como sinônimo de variação ou variante. No entanto, variação implica em diversificação dos sistemas de uma língua, podendo ocorrer em todos os níveis, sendo ela condicionada tanto linguisticamente quanto extralinguisticamente. Já a variante, como já esclarecemos, corresponde às possibilidades de representar uma ideia com o mesmo valor de verdade. A respeito das variedades linguísticas no Brasil, Bortoni-Ricardo (2005) lembra que elas não são compartimentadas. Caracterizam-se por uma relativa permeabilidade e fluidez e se distribuem sem fronteiras definidas, já que são inúmeros os fatores que influenciam a heterogeneidade linguística.

Em linhas gerais, a Sociolinguística estuda os padrões de comportamento linguístico observáveis dentro de uma comunidade de fala, formalizando-os por meio de um modelo de análise que permite captar o que motiva a variação linguística. Além

disso, essa vertente teórica também procura explicar os fenômenos de mudança linguística. Na investigação, procura-se verificar o grau de estabilidade de um fenômeno, se está em seu início ou se completou uma trajetória que aponta para uma possível mudança. Um dos princípios fundamentais é o de que os processos de mudança que se verificam em uma comunidade de fala se atualizam na variação observada em cada momento nos padrões de comportamento linguístico observados, sendo que a mudança implica necessariamente variação, mas a variação não implica necessariamente em mudança (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968).

Com seus conceitos e fundamentos essenciais para lidar com os fenômenos variáveis da língua, como também a metodologia quantitativa, que possibilita captar as frequências de usos das variantes linguísticas, a Sociolinguística abriu espaço para a compreensão de processos tanto de variação quanto de mudança. Tendo a compreensão de que o estudo da língua deve abranger a sua diversidade, essa área da Linguística tem proporcionado muitas contribuições para o ensino de língua portuguesa, como veremos na próxima seção.

### 1.3 Sociolinguística: impactos no ensino de língua portuguesa

Ao considerar toda e qualquer variedade linguística, a Sociolinguística parte do pressuposto de que não existe uma variedade melhor, mais bonita, mais certa que a outra, pois todas igualmente atendem às necessidades dos grupos que as usam. “Todas as variedades linguísticas se equivalem, todas têm sua lógica de funcionamento” (BAGNO, 2007, p. 48), logo, as diferenças linguísticas não podem ser vistas como deficiências, mas como variedades da língua. Isso contribuiu para a compreensão de que “qualquer indivíduo normal que entre na escola para ser alfabetizado em sua língua materna já é senhor de sua língua, na modalidade oral própria a sua comunidade de fala” (MATOS e SILVA, 2004, p. 27).

No entanto, isso ainda não foi incorporado de forma adequada à rotina pedagógica de muitos professores de língua materna. Nesse sentido, pesquisadores brasileiros, principalmente com formação sociolinguística, têm defendido a necessidade de aplicar, de forma mais sistemática, os resultados das pesquisas sociolinguísticas na solução de problemas educacionais. Com esse propósito, foi criada a chamada Sociolinguística Educacional, denominação proposta por uma das sociolinguistas mais conhecidas do país, Stella Maris Bortoni-Ricardo.

A partir de suas obras, a autora promove discussões em torno de questões como: o que fazer para que a escola deixe de ser uma agência reprodutora de desigualdades e preconceitos? como capacitar professores para que revisem sua postura diante das diferenças sociais e culturais dos alunos? como instrumentalizar professores para trabalhar variedades linguísticas brasileiras?

Várias são as contribuições que a Sociolinguística Educacional já tem proporcionado ao ensino de questões que envolvem a diversidade linguística. Dentre elas, estão reflexões teóricas que nos levam a entender que “fazemos parte de uma sociedade e temos uma cultura marcada pela história de nossas vidas. Esse princípio de indissociabilidade entre língua, cultura e sociedade não pode ser tangenciado pela escola” (BELINI; SOUSA, 2014, p. 219). Nessa mesma página, as autoras também lembram que,

no processo educacional, precisamos compreender que é no seio da sociedade e da cultura, por meio da linguagem, com suas particularidades e afinidades, que as falas fluem, que a interação entre os indivíduos ocorre. Linguagem, cultura e sociedade estão ligadas entre si por laços indissolúveis.

Ora, se linguagem, cultura e sociedade estão entrelaçadas, o resultado disso é uma língua heterogênea, dinâmica, passível de variação e mudança. A diversidade é fato, logo, “língua é em si o conjunto das variedades. Ou seja, elas não são deturpações, corrupções, degradações da língua, mas são a própria língua: é o conjunto de variedades (de normas) que constitui a língua” (FARACO, 2008, p. 71-72).

A propósito, variedades implicam diferenças, no entanto, essas não são ainda bem compreendidas no espaço escolar, pois ainda se perpetua a crença de que existem “erros” e que a escola deve ensinar um único e exclusivo modelo de língua, o que leva a acreditar, segundo Scherre (2005, p. 16), “que há uma língua estruturalmente mais certa do que outra, que há um dialeto mais certo do que outro ou que há uma variedade mais certa do que outra”. Os “erros”, destaca Bortoni-Ricardo (2004), são apenas formas diferentes de usar os recursos que a língua coloca à disposição do falante, e eles têm explicações no próprio sistema e processo evolutivo da língua.

É fato que em uma sociedade existem variantes mais prestigiadas do que outras, havendo necessidade de se reconhecer isso quando o foco for o ensino da

variedade de prestígio, pois a diferença linguística quanto ao padrão que é desejado, por exemplo, no contexto escolar, pode se transformar em discriminação e as pessoas que falam de forma diferente tornam-se alvo de preconceitos sociais

Para combater isso, o professor precisa assumir uma postura natural diante das ditas “inadequações” produzidas pelos alunos, o que não significa que “vale tudo”. É necessário conscientizar o aluno sobre a importância do monitoramento linguístico, prática que precisa ser adotada com responsabilidade e principalmente com muita sensibilidade. Os alunos precisam entender que a língua varia conforme os usos sociais e que são comuns situações que envolvem estigma e crítica social. É importante que o professor introduza, por um lado, o respeito e a aceitação dos vários falares dos alunos (MOLLICA, 2015), e, por outro, uma prática de ensino-aprendizagem considerando os seus próprios textos, mostrando a eles o que foi produzido, por que foi produzido e o que ainda precisa ser melhorado para atender às necessidades comunicativas.

Para implementar a Sociolinguística Educacional, Bortoni-Ricardo (2014, p.160-161) sugere seis princípios fundamentais que podem guiar a prática do professor em sala de aula:

- I. A influência da escola não deve ser procurada em estilos coloquiais e espontâneos dos falantes, mas em seus estilos mais monitorados;
- II. A escola deve ocupar-se principalmente das regras variáveis que recebem avaliação negativa na sociedade, enfatizando as que são mais salientes;
- III. O estudo da variação sociolinguística no Brasil, por não estar essa variação associada basicamente à etnicidade, exceto no caso de comunidades indígenas bilingues, não tem o potencial de conflito interétnico que assume em outras sociedades. Conduzido com sensibilidade e respeito esse estudo pode ser muito positivo.
- IV. Os estilos monitorados da língua devem ser reservados à realização de eventos de letramento em sala de aula. Eventos de oralidade podem ser conduzidos em estilos mais casuais.
- V. A descrição da variação da Sociolinguística Educacional não deve ser dissociada da análise etnográfica de sala de aula, que permite avaliar o significado que a variação assume para os atores diante de regras não padrão da língua;
- VI. É importante que professores e alunos tenham uma conscientização crítica de que a variação linguística reflete desigualdades sociais. Essa reflexão vai promover o empoderamento do professor.

Tais princípios, se colocados em prática, de forma séria e consciente, poderão subsidiar o professor na condução de um ensino mais produtivo. Mas, para que isso ocorra, é necessário, primeiro, que o próprio professor reconheça que a língua, seja ela falada ou escrita, pode se transformar num objeto de estudo sistemático. De acordo com Bagno (2007, p. 85), um profissional que trabalha com língua materna “não pode compartilhar das mesmas ideologias arcaicas e preconceituosas sobre língua que circulam no senso comum, se de fato quiser engajar numa prática docente libertadora e democratizadora”.

#### 1.4 Encerrando o capítulo

Como vimos, a Sociolinguística procura lidar com a relação entre língua(gem) e sociedade, dando conta, em particular, da heterogeneidade linguística. Para essa vertente, toda língua natural é marcada por variação, um dos recursos linguísticos que os falantes usam para cumprir duas finalidades cruciais: “a) ampliar a eficácia de sua comunicação e (b) marcar sua identidade social” (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 175). Descrever e explicar o que motiva a variação linguística é um dos objetivos da Sociolinguística Variacionista, uma das vertentes mais conhecidas e que mais contribuiu para a compreensão de realidades sociolinguísticas.

Além dessa vertente, também apresentamos, neste primeiro capítulo, alguns pressupostos da chamada Sociolinguística Educacional, outra vertente que tem contribuído para aplicar resultados de pesquisas sociolinguísticas na resolução de problemas ligados ao ensino de língua. E uma das premissas defendidas por essa abordagem é que o professor de língua portuguesa deve rever sobre o que pensa a respeito da língua e o que ensina sobre ela.

Nesse sentido, a Sociolinguística Educacional orienta que o professor deve avaliar o que ensina, como ensina e para quê ensina. No caso da variação linguística, por exemplo, se ele for abordá-la a partir de um instrumento como o livro didático, deve avaliar de maneira crítica e autônoma o que esse material apresenta. O professor deve reconhecer qualidades e deficiências dos instrumentos que utilizam, “sem considerar que nele tudo é necessariamente bom, correto e adequado” (BAGNO, 2007, p. 85).

Tendo em vista que o livro didático é um dos principais instrumentos utilizados pelo professor em sala de aula, procuramos compreender, a partir de pesquisas já

feitas, como é o tratamento dado à variação linguística nesse tipo de material. Os resultados dessa investigação estão compilados no próximo capítulo.

## CAPÍTULO 2: A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: DOS DOCUMENTOS OFICIAIS AOS LIVROS DIDÁTICOS

### 2.1 Introdução

Neste capítulo, pontuamos, primeiro, como a variação linguística é vista e como o ensino dela é recomendado por documentos oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular. Segundo, esclarecemos como o livro didático aborda o tema em questão, por meio de pesquisas, de âmbito nacional, que voltaram a atenção tanto para livros do Ensino Fundamental quanto para do Ensino Médio. Foram elas: Coelho (2007), com o trabalho intitulado *O tratamento da Variação Linguística no Livro Didático de Português*; Gonzalez (2013), com a pesquisa *Norma e Variação nos Livros Didáticos de Língua Portuguesa e Literatura aprovados pelo Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio 2009*; Chamma (2007), com o título *A Variação linguística nos Livros Didáticos de Português ( 5ª a 8ª séries)*; e Francisco (2018), com o trabalho *Variação Linguística no Ensino Fundamental: A orientação do Livro Didático “Português: Linguagens” para o 7º ano e a mediação do professor*.

### 2.2 O que dizem os documentos oficiais sobre a variação linguística

Os Parâmetros Curriculares Nacionais - coleção de documentos que compõem a grade curricular de uma instituição educativa – orientam os educadores quanto ao cotidiano escolar e fazem parte da política educacional brasileira (ARAÚJO, 2010, 2012, 2016). Dentre as orientações, está a de que o papel da escola é formar um cidadão autônomo e participativo, onde cada estudante deve ser sujeito de seu processo de aprendizagem e o professor, o mediador na interação dos alunos com os objetos de conhecimento. Seus encaminhamentos passaram a ser incorporados aos livros didáticos desde a sua publicação em 1998, e, conseqüentemente, tornaram bases para o ensino no Brasil.

No que diz respeito à variação linguística, o documento a compreende como sendo constitutiva das línguas humanas, e que essa propriedade se manifesta em todos os níveis linguísticos. A respeito da Língua Portuguesa, ele enfatiza que se trata de uma unidade composta de inúmeras variedades, e que a variação

sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em 'Língua Portuguesa' está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades. Embora no Brasil haja relativa unidade linguística e apenas uma língua nacional, notam-se diferenças de pronúncia, de emprego de palavras, de morfologia e de construções sintáticas, as quais não somente identificam os falantes de comunidades linguísticas em diferentes regiões, como ainda se multiplicam em uma mesma comunidade de fala. Não existem, portanto, variedades fixas: em um mesmo espaço social convivem mescladas diferentes variedades linguísticas, geralmente associadas a diferentes valores sociais (BRASIL, 1998, p. 29).

Como se vê, variedade linguística e valor social estão relacionados, e, por isso, o documento destaca a questão do preconceito linguístico, que, como qualquer outro tipo de preconceito, surge de avaliações subjetivas dos grupos sociais. E reconhece que,

frente aos fenômenos da variação, não basta somente uma mudança de atitudes; a escola precisa cuidar para que não se reproduza em seu espaço a discriminação linguística. Desse modo, não pode tratar as variedades linguísticas que mais se afastam dos padrões estabelecidos pela gramática tradicional e das formas diferentes daquelas que se fixaram na escrita como se fossem desvios ou incorreções (BRASIL, 1998, p. 82).

É preciso que a escola, ao lidar com o objeto *língua*, oriente o aluno para a compreensão de que todas as variedades linguísticas são legítimas e próprias da história e da cultura humana. Nesse sentido, é necessário conhecer e valorizar as diferentes variedades da língua portuguesa, entender que variedades que não têm prestígio social, por exemplo, as que são estigmatizadas, não devem ser consideradas inferiores e muito menos rejeitadas, são apenas diferentes. É preciso ter respeito à pluralidade cultural, combater o preconceito linguístico e qualquer discriminação contra aqueles que não se expressam na variedade de maior prestígio. Para que isso ocorra, é papel da escola fornecer subsídios para que o aluno

seja capaz de verificar as regularidades das diferentes variedades do Português, reconhecendo os valores sociais nelas implicados e, conseqüentemente, o preconceito contra as formas populares em oposição às formas dos grupos socialmente favorecidos (BRASIL, 1998, p. 52).



No documento, há o esclarecimento de que a cidadania demanda uma concepção de língua e de linguagem que o mundo contemporâneo tem exigido dos indivíduos por conta da globalização e da questão das alteridades e do multiculturalismo que vivenciamos nos dias de hoje. Portanto, a questão da variação linguística não está relacionada apenas com o problema do preconceito linguístico, mas aos diferentes modos de falar, o que requer o respeito às diferenças que, por sua vez, refletem o modo de viver em uma sociedade marcada pela diferença social e cultural. Assim, por cumprir um papel fundamental na formação da consciência linguística e no desenvolvimento da competência discursiva do aluno, “o estudo da variação deve estar sistematicamente presente nas atividades de Língua Portuguesa” (BRASIL, 1998, p. 82).

A Base Nacional Comum Curricular – documento de caráter normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais para que os alunos desenvolvam ao longo das etapas e modalidades da educação básica – apresenta orientações no tocante à elaboração e à implementação de currículos das escolas de todas as modalidades (públicas, privadas, rurais e urbanas) e tem por finalidade primordial promover tanto o controle da aprendizagem dos discentes como dos docentes e da própria unidade de ensino. O documento é dividido entre a base comum e a diversificada, ficando a cargo da segunda enriquecer e complementar a parte comum. Essa parte diversificada compreende 40% do conteúdo e abre espaço para que a gestão pedagógica dentro da instituição de ensino possa inserir conteúdos que sejam inerentes à realidade dos discentes (seja ela de origem social, histórica, cultural), possibilitando a valorização dos aspectos locais que circundam o alunado.

Para dar destaque à diversidade linguística e à pluralidade cultural, o documento pontua a necessidade de promover “o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza” (BRASIL, 2016, p.10).

Dentre as competências específicas de língua portuguesa para o ensino fundamental, a Base Nacional Comum Curricular destaca a importância de se compreender: i) a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, recomendando-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem; ii) o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de

variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos; e iii) a relevância de se empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso/gênero textual (BRASIL, 2016).

Acerca da variação linguística, o documento destaca que é preciso compreendê-la como um fenômeno que constitui a linguagem, mas que é necessário reconhecer “as relações de poder e as formas de dominação e preconceito que se fazem na e pela linguagem”, bem como refletir “sobre as relações entre fala e escrita em diferentes gêneros, assim como reconhecer e utilizar estratégias de marcação do nível de formalidade dos textos em suas produções” (BRASIL, 2016, p. 98).

O documento também menciona que, ao trabalhar a variação linguística, a escola deve criar condições para que o aluno conheça variedades linguísticas do português e suas diferenças fonológicas, prosódicas, lexicais, sintáticas e semânticas, bem como a importância de reconhecer “o valor social atribuído às variedades de prestígio e às variedades estigmatizadas, que está relacionado a preconceitos sociais” (BRASIL, 2016, p.10). Pontua que é preciso respeitar e promover a relação entre os pares, acolher e valorizar a diversidade dos indivíduos e de grupos sociais, evitando, assim, a perpetuação do preconceito linguístico.

Portanto, o que se vê nesses dois documentos é que a variação linguística é reconhecida como tema que precisa ser, de fato, tratado em contextos de ensino de língua materna. O questionamento que levantamos é: os livros didáticos dão conta de abordar, de forma sistemática, com subsídios teóricos claros, o tema em questão? E é isso que procuramos mostrar na próxima seção, onde apresentamos resultados de pesquisas já feitas sobre o tratamento dado à variação linguística.

### 2.3 O que revelam pesquisas sobre variação linguística no livro didático

A fim de demonstrar como livros didáticos de língua portuguesa abordam a variação linguística, recorreremos a quatro pesquisas já feitas: Coelho (2007) e Gonzalez (2013), com foco em livros didáticos voltados ao Ensino Médio, e Chamma (2007) e Francisco (2018), como foco em livros voltados ao Ensino Fundamental.

### 2.3.1 A pesquisa de Coelho (2007)

Coelho (2007) investigou o tratamento dado à variação linguística em nove livros didáticos aprovados no Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) de 2005/2006. Foram eles: *Língua Portuguesa*, de Heloísa Harue Takaraki (IBEP); *Língua Portuguesa*, de Lopes et al. (Editora do Brasil); *Novas Palavras – Português*, de Amaral et al. (FTD S/A); *Português – De olho no Mundo do Trabalho*, de Jose Nicola e Ernani Terra (Scipione LTDA); *Português – Língua, Literatura, Produção de textos*, de Abaurre et al. (Moderna Ltda); *Português- Língua, Literatura, Gramática, Produção de Textos* de Leila Luar Sarmiento e Tufano (Moderna S/A); *Português: Língua e Cultura*, de Faraco (Base editora); *Português e Linguagens*, de Thereza Cocar e Willian Cereja (Atual Editora); e *Textos: Leituras e Escritas*, de Ulisses Infante (Scipione S/A).

Para a investigação, ela considerou perguntas como: os livros empregam a terminologia relacionada à variação linguística de forma adequada ou faz confusão? como os livros didáticos abordam a variação? evidenciam a variabilidade nos fenômenos gramaticais existentes no português falado no Brasil?

De modo geral, Coelho (2007) constatou que os livros têm se apropriado das contribuições da linguística, o que favorece a melhoria de sua qualidade. Todos os livros selecionados apresentaram ao menos um capítulo para tratar a variação linguística, uma vez que é critério obrigatório no Edital do PNLEM. Nenhum livro restringiu tratar a variação como sinônimo de variedades regionais, rurais ou de pessoas não-escolarizadas, reconhecendo também que o fenômeno da variação pode ser influenciado por fatores como sexo, grau de instrução, profissão, estilo pessoal, contextos (formal/informal), por exemplo. No entanto, segundo Coelho (2007), para esse aspecto, ainda há muito o que aprimorar, pois alguns autores abordam de forma superficial o assunto, não fazendo articulação da discussão teórica com os exercícios propostos e com outros capítulos do livro.

Quanto ao quesito uso adequado de terminologias, apenas dois livros (o de Takazaki (2005) e o de Faraco (2005)) foram satisfatórios, já os demais ainda fazem confusão quanto ao uso de termos usados para tratar a variação. A confusão mais grave, segundo Coelho (2007), é a ideia de que “norma culta”, ou variedades de prestígio, é sinônimo de “norma padrão”, uma questão que ainda merece um tratamento adequado do ponto de vista teórico.

Para o aspecto da variação linguística e fenômenos gramaticais, apesar de no Edital de convocação constar que “as variantes sintáticas deveriam merecer destaque nos livros didáticos”, essa recomendação, ressalta Coelho (2007), não é bem trabalhada pelos autores. Dos livros, apenas o de Faraco tratou a questão de forma mais adequada. Um ponto positivo é que todos não se limitam a tratar fenômenos gramaticais variáveis associados a variantes rurais e ou estigmatizadas, mas que também podem ocorrer nas camadas mais letradas da população. Na abordagem de fenômenos gramaticais, ainda são constantes atividades que empregam noções como “erro”, “problema”, “equivoco”, “desvios de linguagem”, na avaliação de Coelho.

Outra conclusão importante é que os livros que melhor abordaram a variação linguística (FARACO (2005) e TAKAZAKI (2005)) não estão entre os mais escolhidos pelos professores. “Os dois livros, juntos, não correspondem sequer a um terço da tiragem do livro mais adotado, da autoria de Magalhães e Cereja” (COELHO, p. 144), um tipo de livro que ainda se filia mais ao ensino tradicional de gramática.

Coelho (2007) concluiu o estudo afirmando que existe uma preocupação enorme de autores/editoras em adequar o material didático aos critérios estabelecidos pelo edital do PNLEM, o que confirma a influência do Programa na educação brasileira. No entanto, para a abordagem dos temas, como a variação linguística, por exemplo, ainda se faz necessário complementar as orientações para que o professor tenha mais subsídios para lidar, substancialmente, com conceitos e atitudes que refletem conservadorismo e preconceito linguístico. Para isso, a autora sugere aliar o livro didático a um bom programa de formação inicial e de formação continuada do professor para que ele entenda a importância de “não só aplicar o conteúdo e as atividades fornecidas pelo livro, mas também enriquecê-los com sua vivência prática e adequá-los à necessidade de cada turma, em cada região do país, com diferentes níveis sociais” (COELHO, 2007, p. 146).

### 2.3.2 A pesquisa de Gonzalez (2013)

Tendo em vista que o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) orienta que a norma culta seja apresentada, no livro didático, como parte do espectro sociolinguístico e não como sinônimo de língua, Gonzales (2013), assim como Coelho (2007), investigou como isso é abordado e, em particular, como a variação linguística é reconhecida em onze livros didáticos, correspondentes às três séries do Ensino

Médio, e aprovados para o ano de 2009. Os livros em questão foram: *Português: Linguagens*, de Cereja & Magalhães (Saraiva); *Português*, de Nicola (Scipione); *Novas palavras*, de Amaral et al. (FTD); *Português*, de Maia (Ática); *Português: Língua, Literatura e Produção de Textos*, de Abaurre et al. (Moderna); *Português: De Olho no Mundo do Trabalho* (Scipione); *Português: Projetos*, de Faraco & Moura (Ática); *Textos: Leituras e escritas* de, Terra & Nicola (Scipione); *Língua Portuguesa*, de Takazaki (IBEP); *Português: Língua e Cultura*, de Faraco (Base); e *Língua Portuguesa: Projeto Escola e Cidadania para Todos*, de Lopes et al. (Brasil).

Cabe ressaltar que, dos livros analisados por Gonzalez, apenas dois não fizeram parte da pesquisa de Coelho (2007): *Português*, de autoria de Maia (2009), e *Português: Projetos*, de Faraco & Moura (2009), ambos da editora Ática. Assim como Coelho, Gonzalez se orientou por questões do tipo: todos os livros didáticos tratam explicitamente a questão da variação? que conceitos relacionados à variação linguística são mobilizados explicitamente pelos livros didáticos? esses conceitos são retomados explicitamente ou são apresentados uma única vez? os conceitos apresentados são adequados do ponto de vista da sociolinguística?

Em síntese, todos os livros analisados abordam o tema da variação linguística, no entanto, segundo Gonzalez, há diferenças pontuais entre os livros mais e menos adotados. Uma das diferenças envolve a quantidade de capítulos que tratam a questão explicitamente. O mais adotado (CEREJA; MAGALHÃES, 2009) aborda sucintamente a questão e os menos adotados (FARACO, 2009, e LOPES et al., 2009) abordam em maior número de capítulos e, claro, de forma mais sistemática e com mais qualidade um número maior de conceitos relacionados à variação.

Além do livro de Cereja e Magalhães (2009), um outro também mais adotado foi o livro de Nicola (2009). Em ambos, a língua é apresentada como heterogênea e variável, e que as variedades podem ser divididas entre dialetos e registros. Dialetos são variações que se observam nos eixos diatópico, diastrático, diageracional, diagenérico e diacrônico. Registros são variações nos eixos diafásico e diamésico. No entanto, não tecem muitas considerações a respeito dos eixos mencionados.

Sobre os exemplos de variação, Gonzales apontou que esses dois livros (CEREJA; MAGALHÃES, 2009 e NICOLA, 2009), além de apresentarem poucos casos, não promovem reflexões sobre as escolhas das formas, dos elementos linguísticos usados nos textos que serviram de base para tratar a variação. Da forma que eles a apresentam, não contribuem para valorizar a compreensão do que seja a

variação e seu papel na constituição da realidade linguística brasileira, mas, sim, para instaurar a ideia estereotipada do que ela seja.

Em Cereja e Magalhães (2009), segundo Gonzalez (2013), a preferência é por exemplos de variação lexical, dando a impressão de que apenas as palavras variam. Variações estruturais, por exemplo, de ordem fonético-fonológica e morfossintática, não estão previstas. No livro de Nicola (2009), por sua vez, há a sustentação de que conceitos como “certo” e “errado” não são suficientes para a avaliação das formas empregadas pelos falantes. Na visão de Nicola, esses conceitos são superficiais, e, para complementar, introduz um novo conceito, o de adequação. No entanto, segundo Gonzalez (2013), a forma como o autor apresenta o conceito, com exemplos que ignoram a intencionalidade do falante, não direciona para a compreensão de que a adequação é uma função entre as formas e os objetivos pretendidos pelo falante diante de um evento comunicativo. É preciso ter em mente que é na interação concreta que as escolhas dos falantes fazem sentido e são adequadas ou não; o que pode ser adequado num contexto pode não ser em outro, afirma Gonzalez (2013).

Um outro fato observado por esse autor nos livros menos adotados foi a falta de distinção entre norma culta e norma padrão, assim como constatou também Coelho (2007). No livro de Cereja e Magalhães (2009), há uma singularização da norma culta quando afirmam que ela não apresenta variações e que corresponde à variedade linguística de maior prestígio. No de Nicola (2009), por sua vez, há referência a padrão culto e padrão coloquial, mas, assim como naquele livro, está associado à ideia de prestígio, caracterizado pelo conjunto de regras que a gramática normativa determina e, por isso, deve ser convencionalmente empregado em determinadas situações de natureza social, pressupondo, também, que esse padrão não apresenta variação.

Nos livros de Faraco (2009) e Lopes et al., (2009), os menos adotados, o discurso didático-expositivo é diferente, segundo Gonzalez. Os autores não se restringem apenas a questões de ordem social e regional, de gênero e de idade, ou grau de formalidade, como ocorre nos livros mais adotados, mas se preocupam em relacionar as escolhas de uma determinada variedade linguística a aspectos como contexto, intencionalidade, identidade e posição social dos interlocutores. Segundo Gonzalez (2013), ao introduzir aspectos dessa natureza, esses livros direcionam para a compreensão de que a variação é algo construído pelos participantes no processo de interação social. Logo, a escolha de uma determinada forma, seja ela de prestígio

ou não, ocorre em função do processo de interação. Nesse contexto, a noção de adequação é, portanto, relativizada.

Uma outra diferença constatada por Gonzalez é que nesses livros menos adotados os autores pontuam que a variação linguística se aplica a todos os níveis da língua e em dimensões variadas, levando à compreensão de que variação e variedades não se restringem a contextos específicos, que a realidade linguística brasileira é polarizada, com variedades populares e cultas em polos distintos, mas que não há limites precisos entre eles. Nessa direção, os autores dos livros mais adotados reconhecem, por um lado, o valor de uma norma-padrão, instrumento social de poder, em uma sociedade tão diversificada como a brasileira. Por outro, destacam que a norma culta mais monitorada, muito próxima à norma-padrão, tem usos e finalidades específicas, o que não pode ser considerada adequada para toda e qualquer situação de uso da língua.

Para concluir, Gonzalez (2013) pontuou que todos os livros didáticos tratam a questão da variação linguística, fato já esperado uma vez que é uma exigência do edital do PNL D. Entretanto, há diferenças sistemáticas entre os livros analisados. Os mais adotados tratam a variação de forma mais restrita, impondo-a como um conteúdo a mais de ensino; já os menos adotados abordam a variação linguística numa perspectiva mais ampliada, entendendo a diversidade como algo que precisa ser refletido, debatido, e não apenas imposto como um simples conteúdo que faz parte do ensino de língua portuguesa.

### 2.3.3. A pesquisa de Chamma (2007)

Chamma (2007) investigou o tratamento dado à variação linguística em dez livros didáticos direcionados ao público infante-juvenil, da 5ª à 8ª séries, de coleções distintas aprovadas pelo Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PNLDEF) de 2005/2008, e os mais usados pelas escolas de modo geral. Foram eles: Para a 5ª série (6º ano), *Língua Portuguesa: rumo ao letramento*, de Ângela Mari Gusso e Rossana Aparecida Finau (2005/2008 – Editora Base); *Português ideias & linguagens*, de Dileta Delmanto e Maria da Conceição Castro (2005/2008 – Editora Saraiva); e *Português Linguagens*, de Thereza Cochar e William Cereja (2005/2008 – Editora Atual). Para a 6ª série (7º ano), *Entre Palavras*, de Mauro Ferreira (2005 – Editora FTD). Para a 7ª série (8º ano), *Leitura do Mundo*, de Lucia

Teixeira de Siqueira e Oliveira e Norma Discini Campos (2005/2008 – Editora do Brasil); *Português: Uma proposta para o letramento*, de Magda Soares (2005/2008 – Editora Moderna); e *Olhe a língua!*, de Ana Luiza Marcondes Garcia e Maria Bethânia Amoroso (2005/2008 – Editora FTD). Por fim, para a 8ª série (9º ano) - *Língua Portuguesa: linguagens no século XXI*, de Heloísa Harue Takazaki (2005/2008 – Editora IBEP); *Linguagem Nova*, de Carlos Emílio Faraco e Francisco Marto de Moura (2005/2008 – Editora Ática); e *Coleção linguagens: Criação e interação*, de Cassia Garcia de Souza e Márcia Paganini Cavéquia (2005 – Editora Saraiva).

Na investigação, a autora observou a composição de cada livro em termos de unidades e páginas e foi destacando, sistematicamente, tudo aquilo que envolvia linguagem, língua, variação e variedades linguísticas, dando atenção, de forma muito detalhada, aos textos e às atividades que lidavam com essas questões. No que se refere especificamente ao tema da variação linguística, verificou se ele era apresentado em unidades específicas ou não, se era abordado superficialmente ou não, se a abordagem era de cunho reflexivo ou não, enfim, se o tema era tratado satisfatoriamente ou não.

Assim como constataram Coelho (2007) e Gonzalez (2013), a respeito dos livros do Ensino Médio, Chamma (2007) também concluiu que o tratamento dado à variação linguística em livros do Ensino Fundamental ainda não é satisfatório, tendo em vista, por exemplo, a existência de equívocos conceituais, confusões terminológicas e o número reduzido de textos para trabalhar a variedade de prestígio, que, segundo Chamma (2007, p. 161) “limita o acesso do educando à leitura e apreensão de gêneros textuais distintos, tão relevantes para a ampliação do conhecimento e da cultura”.

Dentre os equívocos e as confusões terminológicas, a que mais chama a atenção é a abrangência de significados para o termo *norma*: “linguagem padrão”, “língua padrão”, “variedade padrão”, “português padrão”, “escrita padrão”, “norma culta”, “uso culto”, fato esse também confirmado nas pesquisas de Coelho (2007) e Gonzalez (2013). Variação e variedades, segundo Chamma (2007), também são alguns termos que, em alguns livros, são apresentados como equivalentes, e, na verdade, não são.

Numa análise ampla, Chamma (2007) afirmou que os títulos analisados estão adequados aos objetivos do ensino, já que, de certa forma, atendem às exigências propostas no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Pressupostos



sociolinguísticos estão presentes nos livros, sendo uns de forma mais acentuada, e outros, menos acentuada; há um número significativo de textos para ilustrar a diversidade e a variação linguística, no entanto, a apresentação de variantes características das variedades prestigiadas ainda é bastante reduzida. E concluiu que, apesar de os livros didáticos apresentarem inovações, procurarem atender às demandas impostas pelos documentos oficiais, “a visão crítica e a postura ativa dos educadores jamais serão dispensáveis, já que eles são os grandes responsáveis pelo manuseio desse e de outros materiais tão fundamentais para a vida dos educandos” (CHAMMA, 2007, p. 162).

#### 2.3.4 A pesquisa de Francisco (2018)

Tendo em vista que o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) exige em seu Edital de Convocação que todas as obras aprovadas considerem a língua padrão no contexto da variação linguística, sem estigmatizar as demais variedades, em sua dissertação de mestrado, “Variação Linguística no Ensino Fundamental: A Orientação do Livro Didático “Português: Linguagens” para o 7º ano e a mediação do professor”, Francisco (2018) investigou como é a abordagem da variação linguística no livro didático; mas, diferentemente das outras pesquisas, considerou na investigação um livro específico do 7º ano, *Português: Linguagens*, de Cereja e Magalhães (2015), por ser a obra escolhida pela maioria dos professores da rede municipal de ensino de Campo Grande – MS, segundo fontes da SEMED (Secretaria Municipal de Educação).

Dentre as questões que Francisco (2018) analisou, destacamos: o livro didático do 7º ano apresenta a abordagem sobre a variação? como o livro didático emprega a terminologia relacionada à variação linguística? como o livro didático lida com a variação entre a fala e a escrita?

Em relação à primeira questão, a autora afirmou que sim, o livro didático apresenta o tema da variação, uma vez que é exigência do PNLD. Ela observou que a abordagem não é feita num capítulo específico, mas no decorrer da obra, inclusive com atividades que pressupõem que o aluno já conheça o tema, deixando subentendido que na trajetória escolar do aluno houve explicações acerca da sociolinguística e suas contribuições.

No que se refere às terminologias adotadas pelo livro didático, Francisco (2018) também concluiu que há confusão por parte dos autores no que diz respeito à norma culta e à norma padrão, principalmente por se referirem a elas como sinônimas.

Quanto à questão da oralidade e da escrita, segundo Francisco (2018), não há reflexão acerca da variação linguística relacionada aos níveis de monitoramento na fala e na escrita. Há apenas a ideia de que a língua oral é mais espontânea enquanto a escrita deve seguir parâmetros mais formais, reforçando a visão tradicional dos autores a respeito dessas modalidades. Não há esclarecimentos de que ambas as modalidades podem variar sistematicamente.

Por se tratar de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Profletras, e para cumprir uma das exigências desse curso, Francisco (2018) sugeriu como proposta de intervenção uma sequência didática para tratar o tema da variação linguística em sala de aula, tendo como meta desenvolver uma pedagogia da variação linguística, a partir de experiências reais dos alunos, com o intuito de promover reflexões sobre o uso real da língua.

Ela escolheu, para a abordagem, o gênero *entrevista oral*, porque era um gênero que constava do próprio livro didático analisado. Assim, fez ajustes para que a proposta contemplasse objetivos específicos, como: desenvolver, no aluno, habilidades reflexivas acerca do modo que o entrevistado representava a língua; fazer adaptações necessárias para a edição da entrevista; ampliar a competência linguística do aluno.

Ela concluiu que os alunos, ao realizarem as entrevistas, desenvolveram autonomia para conduzir a entrevista, para realizar o trabalho de edição e, principalmente, para refletir a respeito das diferenças entre a fala e a escrita. Por fim, o trabalho com o uso real da língua proporcionou a compreensão sobre o uso variável da língua, sobre os valores e julgamentos atribuídos a quem usa determinadas variantes linguísticas e sobre a importância da adequação da língua às necessidades comunicativas.

## 2.4 Encerrando o capítulo

Em linhas gerais, vimos que, apesar de documentos oficiais, a exemplo dos Parâmetros Curriculares Nacionais e da Base Nacional Comum Curricular, recomendarem que a variação linguística deva ser objeto de ensino, os livros didáticos

não seguem uma mesma direção no que diz respeito ao tratamento dado ao tema, tendo em vista o discurso didático-expositivo que caracteriza a natureza desses instrumentos. Das constatações feitas pelos autores consultados, fica evidente que ainda se faz necessário: (i) ampliar teoricamente a abordagem; (ii) revisar conceitos; (iii) ajustar terminologias; (iv) aumentar o leque de atividades com enfoque entre oralidade e escrita; (v) promover mais reflexões sobre questões sociais que envolvem a língua.

E, para que isso aconteça, os autores ressaltam a importância de uma formação continuada para os professores que têm a língua materna como objeto de ensino. Para lidar com a língua e a heterogeneidade que a caracteriza, subsídios sociolinguísticos são necessários, pois, por meio deles, os professores poderão complementar aquilo que o livro didático não dá conta.

Pensando nisso, no próximo capítulo, apresentamos como proposta de intervenção um Caderno Pedagógico para formação continuada, com o objetivo de atualizar e ampliar conhecimentos sociolinguísticos de professores que atuam no ensino fundamental II.

## **CAPÍTULO 3: PRESSUPOSTOS SOCIOLINGÜÍSTICOS NA FORMAÇÃO DOCENTE CONTINUADA: A VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA EM QUESTÃO**

### **3.1 Introdução**

Todos os trabalhos de pesquisas desenvolvidos no âmbito do Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) devem ser concluídos com uma proposta de intervenção que possa impactar diretamente no trabalho de professores que têm a língua portuguesa como objeto de ensino. Para atender a esse objetivo, apresentamos, neste capítulo, uma proposta configurada na forma de um Caderno Pedagógico, um instrumento de formação continuada voltado a professores do ensino fundamental II (6º ao 9º ano), visando aprimorar e aprofundar, nos termos de Prada (1997), conhecimentos necessários para complementar o tratamento a ser dado à variação linguística em sala de aula.

### **3.2 O Caderno Pedagógico: seu objetivo e sua composição**

Como vimos na pesquisa bibliográfica, por meio dos trabalhos de Coelho (2007), Gonzalez (2013), Chamma (2007) e Francisco (2018), os livros didáticos de língua portuguesa contemplam o tema da variação linguística, conforme determinam documentos oficiais como os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular, mas, pontualmente, apresentam diferenças significativas entre eles. De modo geral, a abordagem ainda é superficial, apresenta equívocos conceituais e confusões terminológicas, e, por isso, não contribui para uma compreensão clara de determinados aspectos que envolvem a variação linguística.

Assim, para complementar o trabalho do professor em sala de aula no que diz respeito ao tratamento da variação linguística, apresentamos, neste Caderno Pedagógico, subsídios sociolinguísticos que julgamos relevantes e necessários para uma compreensão mais sistemática do tema em questão.

O Caderno Pedagógico será composto de quatro partes, que nomeamos assim:

1. "Ponto de partida: a teoria sociolinguística e seu olhar sobre a relação entre língua(gem) e sociedade";
2. "Ponto de chegada: variação linguística e fenômenos gramaticais na escola";
3. Para complementar: referências comentadas;
- 4.

“Considerações finais: o processo de construção”. Por fim, relacionamos as referências que foram utilizadas no caderno.

Na primeira parte, apresentamos, primeiro, conceitos sociolinguísticos visando ampliar ou ressignificar conhecimentos que os professores têm a respeito da língua, objeto heterogêneo, variável e em constante transformação. Segundo, expomos fundamentos e contribuições da chamada Sociolinguística Educacional, uma vertente teórica que defende a necessidade de se construir, em sala de aula, uma pedagogia da variação linguística, que, no dizer de Zilles e Faraco (2015, p. 9-10), não significa “uma pedagogia da língua materna composta de módulos autônomos”, mas de práticas que estimulem a reflexão de questões que envolvem “a problemática da variação linguística no ensino de português e, ao mesmo tempo, a construir alternativas concretas para sua inclusão nas nossas práticas de ensino”.

Na segunda parte, damos destaque a um fenômeno específico, a concordância verbal, com o objetivo de mostrar que ela é variável na língua. Ao lidar com esse fenômeno, o professor precisa explicar ao seu aluno que não existe apenas uma norma única, por exemplo, a que é registrada em gramáticas de orientação normativa. Assim como outros fenômenos gramaticais, a concordância verbal é variável, havendo, assim, necessidade de conhecer as regras em uso pelos falantes. Para isso, o professor pode se apropriar de descrições sociolinguísticas ou mesmo realizar, com seus alunos, pesquisas que lhes possibilitem observar, descrever e refletir sobre os usos que os falantes fazem das regras em suas práticas comunicativas.

Na terceira parte, relacionamos algumas referências bibliográficas, com comentários pontuais sobre cada uma delas, visando despertar o interesse do professor para leituras sistemáticas que possam complementar seus conhecimentos sociolinguísticos.

Na quarta parte, explicamos como se deu o processo de construção do Caderno. Por fim, as referências utilizadas encerram a proposta.

### 3.3 O Caderno Pedagógico propriamente dito



**CADERNO PEDAGÓGICO: ORIENTAÇÕES SOCIOLINGUÍSTICAS  
PARA O TRATAMENTO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA  
EM SALA DE AULA**

Organizadoras:

Profa. Daniela Ribeiro de Carvalho  
Profa. Gessilene Silveira Kanthack

**ILHÉUS- BAHIA**

**2020**

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>37</b>
<b>1. PONTO DE PARTIDA: A TEORIA SOCIOLINGUÍSTICA E SEU OLHAR SOBRE A RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA(GEM) E SOCIEDADE.....</b>	<b>40</b>
1.1 Objetivo da seção.....	40
1.2 Sociolinguística: terminologias e conceitos.....	40
1.3 Sociolinguística Educacional: a escola e o ensino de línguas em foco.....	49
<b>2. PONTO DE CHEGADA: VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E FENÔMENOS GRAMATICAIS NA ESCOLA.....</b>	<b>56</b>
2.1 Objetivo da seção.....	56
2.2 Concordância Verbal: Do tradicional (cânone) às perspectivas linguísticas.....	56
2.3 Concordância verbal em sala de aula: a pesquisa sociolinguística.....	58
2.4 Concordância verbal: efetivamente o ensino.....	61
<b>3. PARA COMPLEMENTAR: REFERÊNCIAS COMENTADAS .....</b>	<b>63</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO .....</b>	<b>66</b>
<b>5. REFERÊNCIAS UTILIZADAS NO CADERNO.....</b>	<b>68</b>

## APRESENTAÇÃO

Caro professor,

Apresentamos a você um Caderno Pedagógico elaborado a partir de pressupostos sociolinguísticos a fim de atualizar e ampliar o seu conhecimento sobre o tema **VARIAÇÃO LINGUÍSTICA**.

Saiba você que o desenvolvimento de reflexões voltadas para questões que envolvem a variação linguística no contexto de ensino de língua portuguesa é necessário e urgente, pois, equivocadamente, muitos que lidam com esse tema ainda pensam que o mesmo não deve ser objeto de estudo na escola básica, que variação linguística está associada a variedades específicas, que é algo caótico, que deturpa e inferioriza a língua, que tudo aquilo que foge à norma linguística de prestígio se constitui em “erro”. São apenas alguns dos julgamentos que permeiam o imaginário de professores que têm como referência para o ensino aquele modelo de língua padronizado nas chamadas gramáticas de orientação normativa, nos dicionários e nos cânones literários.

Se você for por esse caminho, você não abrirá espaço para as diferenças sociolinguísticas, para a realidade heterogênea da língua. Sobre isso, veja o que diz Bortoni-Ricardo (2005, p. 15), uma das mais importantes sociolinguistas do Brasil:

A escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas. Os professores e, por meio deles, os alunos têm que estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa. E mais, que essas formas alternativas servem a propósitos distintos e são recebidas de maneira diferenciada pela sociedade. Algumas conferem prestígio ao falante, aumentando credibilidade e o poder de persuasão; outras contribuem para formar-lhe uma imagem negativa, diminuindo-lhe as oportunidades. Há que se ter em conta que essas reações dependem das circunstâncias que cercam a interação. Os alunos que chegam à escola falando ‘nós chegemu’, ‘abrido’ e ‘ele drome’, por exemplo, têm que ser respeitados e valorizadas as suas peculiaridades linguístico-culturais, mas têm o direito inalienável de aprender as variantes de prestígio dessas expressões. Não lhes pode negar esse conhecimento, sob pena de se fecharem para eles as portas, já estreitas, da ascensão social. O caminho para uma democracia é a distribuição justa de bens culturais, entre os quais a língua é o mais importante.



A escola, ou melhor, você, professor, precisa criar condições para que questões como essas sejam amplamente discutidas em sala de aula, para que seus alunos não sejam rotulados pelos modos de falar, para que eles não sejam discriminados pelas variedades linguísticas que dominam, para que as diferenças não sejam estigmatizadas, enfim, para que o preconceito linguístico não seja propagado.

Combater o preconceito linguístico e qualquer tipo de discriminação social que envolva a língua é papel do professor de língua portuguesa. Mas, para isso, é preciso estar munido teoricamente de pressupostos que possibilitem explicar, de forma coerente, tudo aquilo que caracteriza a diversidade linguística. Defendemos, conforme Bagno (2007, p. 150), que “é mais do que justo que o professor explique, com base em teorias linguísticas consistentes, a origem e o funcionamento das variantes linguísticas estigmatizadas, que mostre as regras gramaticais que governam cada uma delas”.

Foi pensando nisso e em outras questões que merecem ser discutidas com mais propriedade que elaboramos este Caderno Pedagógico. Trata-se de um instrumento elaborado a partir de pressupostos sociolinguísticos para que você tenha uma compreensão mais clara de aspectos que envolvem a variação linguística, que, no livro didático, ainda não são abordados satisfatoriamente. Com esse material, esperamos atualizar e ampliar a sua compreensão a respeito desse tema que é fascinante, que revela o caráter heterogêneo e dinâmico das línguas.

Para esse propósito, organizamos o Caderno Pedagógico assim: Na primeira parte, denominada “*Ponto de partida: a teoria sociolinguística e seu olhar sobre a relação entre língua(gem) e sociedade*”, apresentamos, primeiro, a teoria sociolinguística, com terminologias e conceitos básicos, que julgamos essenciais para tratar a variação linguística com mais propriedade em sala de aula. Segundo, damos destaque a uma de suas vertentes mais atual, a Sociolinguística Educacional, abraçada e difundida por Bortoni-Ricardo e vários autores que defendem a necessidade da reeducação sociolinguística em sala de aula.

Na segunda parte, denominada de “*Ponto de chegada: variação linguística e fenômenos gramaticais na escola*”, tratamos, especificamente, de um fenômeno gramatical, a concordância verbal. Nessa parte, você verá a abordagem dada ao assunto em questão, do cânone – manuais normativos e gramáticas tradicionais – às pesquisas sociolinguísticas. Na sequência, a partir da sugestão de um plano de

atividade, orientamos você a trabalhar a concordância verbal à luz de pressupostos sociolinguísticos.

Na terceira parte, compreendendo a importância de nos mantermos em constante aprendizado acerca das discussões que fundamentam e subsidiam o nosso fazer docente, apresentamos um elenco de referências bibliográficas com comentários pontuais sobre cada uma delas, visando despertar o seu interesse para leituras que possam aprofundar o seu conhecimento sobre o tema da **VARIAÇÃO LINGUÍSTICA**.

Por fim, tecemos algumas considerações finais a fim de esclarecer como se deu o processo de construção deste Caderno. Com ele, tivemos a oportunidade de compreender melhor esse tema, e esperamos que o mesmo aconteça com você, para que possa ampliar seu conhecimento e ressignificar suas práticas em sala de aula.

As autoras.

# 1. PONTO DE PARTIDA: A TEORIA SOCIOLINGUÍSTICA E SEU OLHAR SOBRE A RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA(GEM) E SOCIEDADE

## 1.1 Objetivo da seção

Objetivamos, com esta seção, apresentar, primeiro, conceitos essenciais para tratar a língua e a diversidade linguística a partir da Sociolinguística, em particular, da Sociolinguística Variacionista. Acreditamos que são conceitos já conhecidos, mas que, talvez, ainda não sejam muito claros. Segundo, relacionar algumas das contribuições apresentadas pela Sociolinguística Educacional, uma vertente teórica ainda pouco conhecida no contexto de ensino de língua portuguesa. Como o próprio nome sugere, ela está voltada para questões ligadas à variação e à mudança linguísticas que impactam e repercutem na escola e no ensino. Em vários momentos, apresentamos termos destacados visando chamar a atenção para eles, bem como várias informações em “caixas”, no sentido de tornar o Caderno mais didático.

## 1.2 Sociolinguística: terminologias e conceitos

A **Sociolinguística** é uma área da Linguística que defende o pressuposto de que não há sociedade sem linguagem, nem sociedade sem comunicação. Os indivíduos e a sociedade se definem e se constroem na e pela língua(gem) mediante processo de interação verbal. Logo, **língua(gem) e sociedade estão indissoluvelmente entrelaçadas**, uma influenciando e determinando o comportamento da outra. Essa relação é considerada a base constitutiva do ser humano:

“A história da humanidade é a história de seres organizados em sociedade e detentores de um sistema de comunicação oral, ou seja, de uma língua. Efetivamente, a relação entre linguagem e sociedade não é posta em dúvida por ninguém, e não deveria estar ausente, portanto, das reflexões sobre o fenômeno linguístico” (ALKMIM, 2001, p. 21).

Historicamente, a criação dessa área que lida com linguagem e sociedade está associada a nomes como Willian Bright, Dell Hymes e Willian Labov, que, na década de 1960, num congresso realizado na Universidade da Califórnia, em Los Angeles,

passaram a defender que não era possível estudar a língua sem levar em consideração a sociedade em que ela é efetivamente falada.

Desses nomes, **William Labov** é o mais conhecido, pois foi ele quem criou uma das vertentes mais difundidas e estudadas, a **Sociolinguística Variacionista**, que, como o próprio nome indica, o foco é a variação linguística. Ele se tornou conhecido pelos trabalhos que revelaram os padrões sociais dos falantes da Ilha de Martha's Vineyard, no litoral de Massachusetts (EUA), e a estratificação social (definida como o produto da diferenciação e da avaliação sociais) do inglês em New York. Ao desenvolver esses trabalhos, ele propôs um modelo de análise linguística, também rotulado por alguns de "**sociolinguística quantitativa**", capaz de operar com números e tratamento estatístico para os dados coletados, sendo tal modelo considerado:

“[...] uma ferramenta poderosa e segura que pode ser usada para o estudo de qualquer fenômeno variável nos diversos níveis e manifestações linguísticas” (NARO, 2015, p. 25).

Conhecida por possibilitar uma compreensão social e linguística da variação, a Sociolinguística instituída por Labov passou a defender que não existe uma comunidade de fala homogênea, que a língua, sistema heterogêneo, comporta, ao lado de regras categóricas, também regras variáveis, e que estas últimas podem ser descritas e analisadas sistematicamente.

Você deve estar se perguntando: mas como a Sociolinguística investiga de fato essas regras, afinal, a heterogeneidade linguística? O ponto de partida de qualquer fenômeno sociolinguístico é a **comunidade linguística**, definida como:

“[...] conjunto de pessoas que interagem verbalmente e que compartilham um conjunto de normas com respeito aos usos linguísticos” (ALKMIN, 2001, p. 31).

**Uso** é uma palavra chave para a Sociolinguística, pois é por meio dessa prática que se evidencia a natureza heterogênea da língua. A propósito, **língua** é entendida como uma atividade social,

“[...] um ‘trabalho coletivo’, empreendido por todos os seus falantes, cada vez que eles se põem a interagir por meio da fala ou da escrita. Justamente pelo caráter ‘heterogêneo’, ‘instável’ e ‘mutante’ das línguas humanas, a grande maioria das pessoas acha muito mais confortável e tranquilizador pensar na língua como algo que já terminou de se construir, como uma ponte firme e sólida, por onde a gente pode andar sem medo de cair e de se afogar na correnteza vertiginosa que corre lá embaixo [...] o real estado da língua é o das águas de um rio, que nunca param de correr e de se agitar, que descem e sobem conforme o regime das chuvas, sujeitas a se precipitar por cachoeiras, a se estreitar entre montanhas e se alargar pelas planícies [...]” (BAGNO, 2007, p. 36).

Ou seja, você, enquanto professor, não pode pensar a língua como um produto pronto, uma entidade homogênea, mas, sim, como algo que é instável, que muda constantemente. Compreender a heterogeneidade da língua e relacioná-la com a heterogeneidade social é o objetivo principal da Sociolinguística. E, para isso, é preciso assumir que a **língua**

“[...] é uma instituição social e, portanto, não pode ser estudada como uma estrutura autônoma, independente do contexto situacional, da cultura e da história das pessoas que a utilizam como meio de comunicação” (CEZARIO, VOTRE, 2008, p. 141).

Significa dizer que estudar a língua implica recorrer efetivamente a dados reais de língua produzidos por falantes reais em uma comunidade real, onde se pode verificar a heterogeneidade linguística.

Na Sociolinguística, heterogeneidade está associada à variação linguística, uma propriedade inerente às línguas e que não compromete o bom funcionamento do sistema linguístico nem a possibilidade de comunicação entre os falantes. Denomina-se **variação linguística** como:

“[...] processo pelo qual duas formas podem ocorrer no mesmo contexto linguístico com o mesmo valor referencial, ou com o mesmo valor de verdade, i.e., com o mesmo significado. Dois requisitos devem, pois, ser cumpridos para que ocorra variação: as formas envolvidas precisam (i) ser intercambiáveis no mesmo contexto e (ii) manter o mesmo significado” (GORSKI et al., 2010 p. 23).

Exemplificando: a concordância verbal na língua portuguesa constitui uma regra variável. Ora o falante marca morfologicamente a concordância entre o sujeito e o verbo, ora não:

João e Maria **saíram**.

X

João e Maria **saiu**.

O que esses dois exemplos indicam é que eles têm o mesmo valor de verdade. Ora, marcar ou não morfologicamente não implica alteração de sentido. São formas alternativas semanticamente equivalentes que, na Sociolinguística, são denominadas de **variantes linguísticas**:

“[...] diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade”. A um conjunto de variantes, dá-se o nome de ‘variável linguística’ (TARALLO, 1990, p. 8).

Esclarecendo: no caso da concordância verbal, temos uma **variável linguística**, pois a concordância se manifesta através de duas variantes: marcação explícita da concordância (João e Maria saíram) e ausência da marca de concordância (João e Maria saiu). Essas duas variantes, por sua vez, são tecnicamente chamadas de **variável dependente**, que, para a teoria, são motivadas pelas **variáveis independentes**:

**Variável dependente:** aspecto ou categoria da língua que se encontra em variação.

**Variáveis independentes:** fatores que condicionam nossa escolha entre uma ou outra variante, e que permitem ao linguista sugerir em que tipo de ambiente, tanto linguístico quanto extralinguístico, uma variante tem maior probabilidade de ser escolhida em detrimento de sua(s) “rival(is)” (GORSKI et al., 2010 p. 166).

A variável dependente, como o nome sugere, depende de sua relação com as variáveis independentes, isto é, os agentes que controlam ou influenciam o uso daquela. As variáveis independentes podem ser externas (sociais) e internas (estruturais) ao sistema linguístico.

Como **variáveis sociais**, as mais destacadas nas pesquisas sociolinguísticas são: **gênero/sexo, escolaridade e idade**.

**GÊNERO/SEXO:** Estudos revelam que as mulheres, de modo geral, preferem usar as variantes que são reconhecidas socialmente. Já os homens tendem a ser mais conservadores do que as mulheres no que se refere a casos que indicam processo de mudança linguística. Conforme Paiva (2015, p. 36) “não raro, as mulheres tendem a liderar processos de mudança linguística, estando, muitas vezes, uma geração à frente dos homens”.

**ESCOLARIDADE:** De acordo com Bagno (2007, p.43) “o acesso maior ou menor à educação formal e, com ele, à cultura letrada, à prática da leitura e aos usos da escrita, é um fator muito importante na configuração dos usos linguísticos dos diferentes indivíduos”. A escolaridade é um fator importante a ser usado para testar sua influência sobre os usos de variantes de prestígio e de não-prestígio, por exemplo.

**IDADE:** De modo geral, pesquisas revelam que os jovens são mais suscetíveis às inovações linguísticas; já os indivíduos mais velhos tendem a ser mais conservadores, resistir mais ao que é inovador.

Mas, atenção! Numa pesquisa sociolinguística, nem sempre se pode considerar os agentes isoladamente. Dependendo da variável linguística analisada, é preciso correlacionar agentes (escolaridade e idade; sexo e idade; sexo e escolaridade, por exemplo) para que se possa captar mais sistematicamente o que favorece ou inibe o emprego de uma determinada variante linguística.

Já em relação às variáveis estruturais, a compreensão é que os ambientes (fonético-fonológicos, morfossintáticos e semânticos, por exemplo) podem ou não favorecer o uso de uma determinada variante linguística. No caso de uma regra de natureza fonológica, por exemplo, é importante observar a influência do segmento fônico precedente ou subsequente; no caso de uma regra morfológica, o tamanho de uma palavra (se grande ou pequena) pode influenciar, por exemplo, em casos de reduções; no caso de uma regra sintática, a posição dos elementos na sentença pode ser determinante para a realização de uma regra variável; no caso de uma regra semântica, observa-se o impacto de traços do tipo mais ou menos definido, mais ou menos indeterminado, mais ou menos especificado, mais ou menos referencial etc.

Sejam sociais ou estruturais, esses **agentes** são:

“[...] reguladores dos fenômenos variáveis, condicionando positiva ou negativamente o emprego de formas variantes. As variantes podem permanecer estáveis nos sistemas (as mesmas formas continuam se alternando) durante um período curto de tempo ou até séculos, ou podem sofrer mudança, quando uma das formas desaparece” (MOLLICA, 2015, p. 11).

Captar a heterogeneidade e explicá-la por meio dos diferentes agentes é o principal papel da Sociolinguística. Para ela, variação linguística não deve ser vista como um “**caos**” linguístico, mas como um objeto passível de ser descrito e analisado:



“[...] O aparente ‘caos’ se configura como um campo de batalha em que duas (ou mais) maneiras de se dizer a mesma coisa (...) se enfrentam em um duelo de contemporização, por sua subsistência e coexistência, ou, mais fatalisticamente, em um combate sangrento de morte” (TARALLO, 1990, p. 5).

São fortes as palavras desse autor, não acha? Mas é isso mesmo! Você deve ter em mente que, na língua, as variantes linguísticas estão numa constante batalha. E quem dá força para isso, claro, são os falantes dentro de uma comunidade de fala.

Para a Sociolinguística, a variação linguística pode ocorrer em todos os níveis da língua: **fonético-fonológico**; **morfológico**; **sintático**; **semântico**; **lexical**; e **pragmático**. Aqui, vamos apenas exemplificar alguns casos:

**FONÉTICO-FONOLÓGICO:** rotacismo: troca do /l/ pelo /r/: planta X pranta; bicicleta X bicireta; monotongação: cadeira X cadera; touro X toro; alçamento de vogais: menino X minino; coruja X coruja; vocalização: pastel X pasteu; Salvador X Sauvador; desnasalização: homem X home; garagem X garage.

**MORFOLÓGICO:** andar X andá; vender X vendê; eles andam X eles anda; nós andamos X a gente anda; o alface X a alface; o cal X a cal.

**SINTÁTICO:** O filme a que me referi é muito bom X o filme que me referi é muito bom X o filme que me referi a ele é muito bom; uma mulher chegou X chegou uma mulher; João viu Maria X João a viu X João viu ela.

**SEMÂNTICO:** quebrar a cara X dar-se mal; rodar a baiana X fazer um escândalo; a manga (fruta) era verde X a manga (da blusa) era verde.

**LEXICAL:** abóbora X jerimum; bergamota X tangerina; mandioca X aipim X macaxeira; pandorga X pipa X papagaio.

**PRAGMÁTICO:** silêncio, por favor! X cala a boca galera; peguem-no! X pega ladrão!

Como você pode perceber, quando se fala em variação, é preciso entender que ela se manifesta em todos os níveis de uma língua. Em qualquer nível, ela tem sua lógica de funcionamento, assim como a **variedade linguística**, outra palavra-chave para a Sociolinguística. Para esta, uma língua é:

“[...] um feixe de variedades. Cada variedade linguística tem suas características próprias, que servem para diferenciá-la das outras variedades” (BAGNO, 2007, p.47).

Saiba, você, que não existe língua para além ou para acima do conjunto das suas variedades constitutivas, nem existe a língua de um lado e as variedades de outro, como muitas vezes se acredita no senso comum. Toda e qualquer variedade linguística tem sua lógica de funcionamento, e a Sociolinguística dá conta de explicar isso.

Tecnicamente falando, **variedade** corresponde a um dos muitos modos de falar a língua. E, para tratar desses modos, os estudiosos criaram termos próprios. São eles: **dialeto**, **socioleto**, **cronoleto** e **idioleto**.

**Dialeto** é o modo particular da língua de um determinado lugar.

Daí você pode explicar porque o baiano não fala igual ao mineiro, igual ao paulista, igual ao carioca... Todos falam a língua portuguesa, mas com características que os diferenciam, em função do lugar, região onde se encontram. Para falar de dialeto, um outro termo é comumente associado: variação diatópica.

**Socioleto** é o modo de falar de um determinado grupo de falantes que compartilham de condições afins (classe, profissão, nível cultural, etc.).

Para falar em socioleto, ou variação diastrática, você pode se referir aos diferentes grupos de uma sociedade: professores, alunos, pedreiros, médicos,

jogadores de futebol, agricultores, jornalistas, internautas, surfistas, advogados, cozinheiros, cientistas, indivíduos mais escolarizados, menos escolarizados... Enfim, existem tantas variedades quantas forem os grupos, as profissões...

**Cronoleto** é modo de falar próprio de uma determinada geração de falantes.

Quando se fala em geração, devemos pensar em crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, pois cada geração representa a língua com características próprias. Falantes mais jovens são mais adeptos às mudanças linguísticas, a usos inovadores, a usos menos conservadores do que falantes mais velhos, por exemplo.

**Idioleto** é o modo de falar de um ser, suas predileções vocabulares, seu modo particular, pessoal e intransferível de uso da língua.

Cada falante tem um modo próprio de falar: homens têm voz mais grave, enquanto as mulheres, voz aguda; um adolescente do sexo masculino fala diferente de quando era criança; um falante mais velho não fala da mesma forma quando era mais jovem... Quando o falante está triste, fala de um jeito, quando está alegre, fala de outro; dependendo da situação, escolhe uma palavra, uma regra gramatical específica. Individualmente, o falante se expressa de acordo com a situação (psicológica, emocional, física, social) em que se encontra.

Para a sociolinguística, variação e variedades linguísticas têm comportamentos regulares e seus usos podem ser controlados por variáveis sociais e estruturais. Estudá-las nos permite, por exemplo: conhecer os falantes de uma determinada comunidade de fala; identificar os traços linguísticos que caracterizam os seus falares; verificar o status positivo ou negativo de uma variedade, de uma regra variável; compreender o grau de comprometimento do fenômeno no sistema linguístico; determinar se as variantes se encontram ou não em processo de mudança; enfim, reconhecer que as estruturas produzidas pelos falantes não são aleatórias, muito menos caóticas.

### 1.3 Sociolinguística Educacional: a escola e o ensino de línguas em foco

Como o próprio nome sugere, a **Sociolinguística Educacional**, denominação proposta por Bortoni-Ricardo (2004), defende a necessidade e a urgência de a escola desenvolver uma pedagogia voltada para a diversidade linguística, para as diferenças sociolinguísticas e culturais dos alunos, no sentido de desconstruir certas crenças que ainda são comuns no contexto escolar. Uma das crenças é sobre uma língua considerada “**correta**”:

“A crença teimosa de que o português ‘correto’ é o que está descrito, e parcialmente descrito nas nossas gramáticas normativas, constitui um equívoco grave e extremamente nocivo ao trabalho escolar de desenvolvimento da competência comunicativa dos alunos” (MOLLICA, 2015, p. 168).

Qual é o impacto dessa crença? Falantes de variedades desprestigiadas são pressionados a acreditar que o que eles falam não está “correto” e que devem “corrigir” seu modo de falar para adequar à língua “correta”. Você deve esclarecer para o seu aluno que não existe erro na língua. Noções como **certo** e **errado** são resultantes de juízos de valor, de crenças, de ideologias.

“De forma geral, as pessoas creem que há uma língua estruturalmente mais certa do que outra, que há um dialeto mais certo do que outro ou que há uma variedade mais certa do que outra” (SCHERRE, 2005, p. 16).

E o que o professor pode fazer para alterar isso? Além de explicar ao aluno que a língua é naturalmente heterogênea, representada por diferentes variedades linguísticas, todas igualmente organizadas, elaborar aulas/seqüências de estudo para proporcionar reflexões e entendimentos de como a língua funciona efetivamente. Mas precisa dizer que, socialmente, são atribuídos valores diferenciados às variedades:

“É mais do que justo que o professor explique, com base em teorias linguísticas consistentes, a origem e o funcionamento das variantes linguísticas estigmatizadas, que mostre as regras gramaticais que governam cada uma delas. Isso deixará claro que as formas alternativas à regra padrão tradicional não são caóticas nem confusas nem incoerentes: muito pelo contrário, obedecem regras tão lógicas e consistentes quanto as que governam a opção-padrão e por isso podem ser explicadas cientificamente” (BAGNO, 2007, p. 150-151).

Que os valores sociais existem, é fato! Afinal, vivemos em sociedade e é comum avaliarmos os comportamentos dos indivíduos. Não é diferente com a língua! Mas atenção! Avaliar não significa, por exemplo, dizer: que uma variedade é melhor que a outra; que falante bom é aquele que usa uma variante de prestígio; que há um e único modelo correto de língua; que determinadas variedades são “feias”. Essas crenças contribuem para a propagação do **preconceito linguístico**, atitude que consiste em discriminar um falante pelo modo de falar a sua língua:

“A não aceitação da diferença é responsável por numerosos e nefastos preconceitos sociais e, neste aspecto, o preconceito linguístico tem um efeito particularmente consensual quando se trata de questões linguísticas (...) A intolerância linguística é um dos comportamentos sociais mais facilmente observáveis, seja na mídia, nas relações sociais cotidianas, nos espaços institucionais etc.”. (ALKMIM, 2001, p.42).

As variedades que não seguem os padrões da variedade de prestígio não podem ser tratadas como “deficiência”, “erro” ou “defeito”. Elas devem ser vistas como variedades da língua, que, segundo a Sociolinguística, apresentam regularidades tanto quanto as variedades de prestígio.

Ou seja, todas as variedades são estruturalmente organizadas, isto quer dizer que elas têm normas próprias. E aqui chegamos a um termo que precisa ser esclarecido teoricamente: **norma**, conjunto de regras que determina o uso da língua.

No âmbito do ensino, costuma associar **norma culta** à **norma-padrão**, como se elas fossem sinônimas. Saiba você que esse é um grande equívoco. Mas, então, como conceituar a norma culta?

“(...) a expressão **norma culta** (...) designa o conjunto de fenômenos linguísticos que ocorrem habitualmente no uso dos falantes letrados em situações mais monitoradas de fala e de escrita (...) ela se tornou historicamente objeto privilegiado de registro, estudo e cultivo sociocultural. Esse processo produziu, no imaginário dos falantes, a representação dessa norma como variedade superior, como uma variedade melhor do que todas as demais” (FARACO, 2008, p. 71).

Como você deve ter percebido, trata-se de um uso bastante particularizado, por indivíduos mais diretamente relacionados com a cultura escrita, em situações que envolvem certo grau de formalidade.

E a norma-padrão, como conceituá-la?

“A **norma-padrão** não faz parte da língua, não corresponde a nenhum uso real da língua, constituindo-se muito mais como um modelo, uma entidade abstrata, um discurso sobre a língua, uma ideologia linguística, que exerce evidentemente um grande poder simbólico sobre o imaginário dos falantes em geral, mas principalmente sobre os falantes urbanos mais escolarizados” (BAGNO, 2007, p. 106).

Norma-padrão está associada à concepção de língua assumida pelas gramáticas de orientação normativa. Essas prescrevem normas para caracterizar um modelo ideal de língua, que, segundo Faraco (2008), nada mais é do que um projeto de uniformização linguística, um instrumento de política linguística que serve para atenuar a diversidade linguística. Efetivamente, os falantes não usam a norma-padrão. Então você deve estar perguntando: mas o que os falantes usam afinal?

Numa sociedade diversificada como a nossa, podemos dizer que os falantes usam várias normas. Um mesmo falante domina mais de uma norma e pode mudar sua forma de falar a depender das relações sociais que ele mantém. E é nessa direção

que a escola deve caminhar: explicando ao aluno que ele já domina uma norma e que, na escola, aprenderá outras normas que serão importantes para ele.

Então, como fazer isso? Recorremos a Bortoni-Ricardo (2005) e Bagno (2013), que apresentam direções que podem ser adotadas por você, professor de língua portuguesa. Destacamos, primeiro, alguns princípios defendidos por Bortoni-Ricardo (2005, p. 130-133), em seu livro *Nós chegemu na escola, e agora?*:

**1º PRINCÍPIO:** A influência da escola na aquisição da língua não deve ser procurada no dialeto vernáculo dos falantes – em seu estilo mais coloquial – mas sim em seus estilos formais, monitorados. Ou seja, o aluno já domina uma norma, então, **a escola precisa investir na norma que ele ainda não conhece.**

**2º PRINCÍPIO:** Regras que não estão associadas à avaliação negativa na sociedade não são objeto de correção na escola e, portanto, não vão influir consistentemente nos estilos monitorados. Isso quer dizer que **a escola deve ocupar exatamente das regras que recebem avaliação negativa.**

**3º PRINCÍPIO:** É preciso inserir a variação sociolinguística na matriz social, logo, **a escola precisa ser sensível às diferenças sociolinguísticas e culturais dos alunos.**

**4º PRINCÍPIO:** Os estilos monitorados da língua são reservados à realização de eventos de letramento em sala de aula. Para a realização de eventos de oralidade, podemos valer de estilos mais casuais. (...) em lugar da dicotomia entre português culto e português ruim, **a escola deve instituir a dicotomia entre letramento e oralidade.**

**5º PRINCÍPIO:** A descrição da variação na sociolinguística educacional não pode ser dissociada da análise etnográfica e interpretativa do uso da variação em sala de aula. O ponto de partida da sociolinguística educacional não é a descrição da variação *per se*, mas sim a análise minuciosa do processo interacional, na qual se avalia o significado que a variação assume. Por isso, **a escola deve investir em pesquisas reais, com falantes reais, situações reais de uso da língua.**

**6º PRINCÍPIO:** Conscientização crítica dos professores e alunos quanto à variação e à desigualdade social que ela reflete – saindo da limitação de transmitir informações técnicas – traçando um efetivo diálogo com o professor, tornando-o apto a promover, por meio de pesquisas, uma autorreflexão e uma análise crítica de suas ações. **A escola precisa, então, investir nesse tipo de ação.**

Já Bagno (2013, p. 177-178), em sua obra “Sete erros aos quatro ventos”, apresenta algumas ações que a escola deve investir no sentido de implementar uma sociolinguística educacional. Dentre elas, destacamos:

**Fazer** o(a) aluno(a) reconhecer que é possuidor/a de plenas capacidades de expressão, de comunicação, isto é, possuidor/a de uma língua plena e funcional, de uma língua que é um instrumento eficaz de interação social e de autoconhecimento individual – em outras palavras, promover a autoestima linguística dos alunos e das alunas, dizer-lhes que eles sabem português e que a escola vai ajudar a desenvolver ainda mais esse saber.

**Levar** o/a aluno/a a tomar consciência da escala de valores que existe na sociedade com relação aos usos da língua: algumas variedades linguísticas são consideradas mais “bonitas” e “certas” que outras; alguns sotaques são valorizados, outros são ridicularizados; os usos escritos são mais prestigiados que os usos orais etc. – mas atenção: tomar consciência não significa



aceitar essa situação de discriminação nem submeter-se a ela!

**Garantir** o acesso dos alunos e das alunas a outras formas de falar e de escrever, isto é, permitir que aprendam e apreendam variantes linguísticas diferentes das que eles já dominam – isso significa ampliar o repertório comunicativo, ter à sua disposição um número maior de opções, que poderão ser empregadas de acordo com as necessidades de interação.

**Conscientizar** o alunado de que a língua é usada como elemento de promoção social e também de repressão e discriminação – comparar o preconceito linguístico com as outras formas de preconceito que vigoram na sociedade; desconstruir o preconceito linguístico com argumentos bem fundados e alertar alunos e alunas contra suas próprias práticas de discriminação por meio da linguagem.

Para complementar as ações, a escola, fonte primária de letramento na nossa sociedade, precisa apresentar as regras que permitirão o aluno a usar a língua em situações de maior grau de **monitoramento linguístico**.

“Todo e qualquer indivíduo varia a sua maneira de falar, **monitora** mais ou menos o seu comportamento verbal, independentemente de seu grau de instrução, classe social, faixa etária etc. Trata-se de um comportamento que é adquirido muito rapidamente no convívio social (...)” (BAGNO, 2007, p. 45).

A escola precisa entender que, com a língua, também não é diferente! O aluno é capaz de ajustar o seu modo de falar, de maneira mais consciente ou menos consciente, conforme a situação de interação em que se encontra. E isso vale tanto para a fala quanto para a escrita. Um aluno(a) não escreve um bilhete para o(a) namorado(a) da mesma maneira que escreveria uma carta de pretensão de emprego, não é verdade? No caso do monitoramento da escrita, ele vai depender muito do grau

de letramento do indivíduo, isto é, do grau de inserção que ele tem a partir da cultura da leitura e da escrita. Portanto, cabe à escola ensinar as regras que são necessárias para o uso da língua em situações de maior formalidade, seja ela envolvendo o uso da língua falada, seja ela envolvendo o uso da língua escrita.

Se as ações que destacamos aqui, conforme Bortoni Ricardo (2005) e Bagno (2013), forem colocadas em prática, de forma séria e consciente, poderão subsidiar o seu trabalho, professor, na condução de um ensino mais significativo. Mas, para que isso ocorra, é necessário, primeiro, que você reconheça que a língua, seja ela falada ou escrita, pode se transformar num objeto de estudo sistemático. Afinal, conforme pontua Bagno (2007, p. 85), um profissional que trabalha com língua materna “não pode compartilhar das mesmas ideologias arcaicas e preconceituosas sobre língua que circulam no senso comum, se de fato quiser engajar numa prática docente libertadora e democratizadora”.

Nesse sentido, você deve avaliar o que ensina, como ensina e para quê ensina. No caso da variação linguística, por exemplo, se você for abordá-la a partir de um instrumento como o livro didático, deve avaliar de maneira crítica e autônoma o que esse instrumento apresenta, reconhecendo suas qualidades e limitações. Se você tiver embasamentos sociolinguísticos, como os que apresentamos aqui, acreditamos que poderá fazer um trabalho diferenciado em sala de aula.

## 2. PONTO DE CHEGADA: VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E FENÔMENOS GRAMATICAIS NA ESCOLA

### 2.1 Objetivo da seção

Visamos, nesta seção, tratar especificamente de um fenômeno gramatical, a concordância verbal, que, na língua efetivamente usada, pode ser variável ou não. Para isso, apresentamos, primeiro, como ela é abordada em manuais normativos, a exemplo das gramáticas tradicionais, e o que apontam as pesquisas linguísticas sobre esse fenômeno. Em segundo, propomos como ela pode ser trabalhada, em sala de aula, à luz de pressupostos sociolinguísticos. Para finalizar, tecemos considerações sobre a importância do ensino da concordância verbal.

### 2.2 Concordância Verbal: Do tradicional (cânone) às perspectivas linguísticas

A tradição canônica costuma tratar a concordância como um fenômeno de harmonização entre palavras que formam unidades. Para Almeida (2009, p. 448), a “concordância é o processo sintático pelo qual uma palavra se acomoda, na sua flexão, com a flexão de outra palavra de que depende”, daí, temos uma acomodação flexional que “pode efetuar-se quanto ao gênero, quanto ao número e quanto à pessoa”. Essa é a mesma ideia que encontramos em Bechara, que diz: “em português a concordância consiste em se adaptar a palavra determinante ao gênero, número e pessoa da palavra determinada” (BECHARA, 2009, p. 441). Em se tratando da concordância verbal, a regra geral presente nos manuais é que o verbo deve se acomodar ao número e à pessoa do sujeito. Se o sujeito estiver no singular, verbo também, se o sujeito estiver no plural, o verbo também. Essa é uma regra básica que, se violada, é considerada como erro, pois a tradição entende que só há uma regra a ser seguida.

No entanto, para as abordagens que privilegiam uma perspectiva linguística, como as pesquisas de cunho sociolinguístico, violações como as que se observam no âmbito da concordância constituem, na maioria das vezes, como

um traço de diferenciação social, de cunho estigmatizante, que se revela, com mais nitidez, no âmbito escolar. O forte contraste entre o

uso ou não mecanismo de concordância e as políticas de ensino, espalhadas em práticas didático-pedagógicas fundamentadas em gramáticas que pressupõem uma norma única, indicam a necessidade de se conhecerem as regras em uso pelas diversas comunidades de falantes (VIEIRA, 2018, p.85).

Reconhecer as regras em uso, sejam elas próximas ou não da norma de prestígio, é o caminho para se entender o funcionamento de uma língua, que, por sua natureza é dinâmica, variável. E, a variação, à luz da Sociolinguística, pode ser descrita e analisada, sendo ela motivada por fatores diversos, sociais e linguísticos, possibilitando, assim, compreender que a variação não é caótica, como se pressupõe, muitas vezes, na abordagem que se considera apenas uma única norma como a correta.

No caso da concordância verbal, é fato que ela varia tanto na língua falada quanto na escrita, ou seja, a violação da regra geral não se observa apenas na língua falada, mas em situações de maior monitoramento também. Todavia, não podemos nos esquecer de que toda comunidade de fala consagra determinadas variantes em detrimento de outras, em razão do valor socioeconômico que gozam certos falantes. Por isso, é papel da escola orientar quanto ao valor social que é atribuído a determinadas variantes, no sentido de o aluno adequar suas escolhas às situações comunicativas, sejam elas de fala, sejam elas de escrita.

Quem não se lembra da polêmica gerada pela mídia por causa do livro didático *Por uma vida melhor*, da autora Heloísa Ramos, obra distribuída pelo Programa Nacional do Livro Didático do Ministério da Educação? Nesse lamentável episódio, a professora foi acusada de promover a morte da língua portuguesa, como se isso fosse possível, pelo simples fato de propor uma reflexão sobre a variação linguística, ao usar uma atividade em que os alunos pudessem passar para a norma culta frases como “nós pega os peixe”, que a autora considerava usual e legítima, em certos contextos, mas que a mídia considerou tão absurda a ponto de dizer que estavam matando a língua portuguesa.

Esse fato evidencia que temos que ter muita cautela ao lidar com a questão da variação linguística no campo do ensino; ou seja, não podemos ignorar os aspectos relevantes que a Sociolinguística assinala nem mesmo o que está por trás do conservadorismo que evidencia o preconceito linguístico. A questão não é tão simples quanto parece. Essa tensão entre a visão tradicional, representada pela norma culta,

e a visão da sociolinguística não será resolvida assim, da noite para o dia, já que estamos lidando com questões de ordem sociocultural e socioeconômica.

Entendemos que é preciso conciliar aquilo que diz a tradição gramatical com uma abordagem que possibilite uma reflexão sobre o uso da concordância verbal, por exemplo. Em outras palavras, precisamos criar meios para não sermos radicais teóricos nem radicais normativos, no que diz respeito ao ensino a língua; é preciso saber lidar com aquilo que a tradição considera *erro* ou *corruptela* da língua. Nesse sentido, devemos ter em mente que o ensino de Língua Portuguesa é muito mais do que relacionar o que é certo e o que é errado. É preciso compreender seu funcionamento em um processo dinâmico de capacitação dos alunos para a produção de textos orais e escritos (BARBOSA, 2018).

Em relação à concordância verbal, o que o professor precisa questionar é: o que faz o falante optar pela aplicação ou não da regra de concordância? É preciso levar em conta que essa escolha é motivada por fatores diversos. Além de fatores sociais, sexo/gênero, escolaridade, idade, por exemplo, há os fatores linguísticos que contribuem para a não aplicação a regra, tais como: a posição do sujeito em relação ao verbo; a distância entre o núcleo do sujeito e do verbo; o tempo verbal; e o tipo de estrutura morfossintática (VIEIRA, 2018).

Trabalhar a concordância verbal em sala de aula a partir de pressupostos linguísticos pode proporcionar ao aluno uma compreensão exata do que é a variação linguística. A não realização da regra de concordância precisa ser entendida como algo regular, mas, por ser um traço que estigmatiza os falantes, necessita também ser refletida, no sentido de o aluno ser capaz de reconhecer quando e onde aplicar a regra que envolve a harmonização entre verbo e sujeito.

### 2.3 Concordância verbal em sala de aula: a pesquisa sociolinguística

Após o que foi mencionado, você deve estar se questionando: Como deve ser realizada uma pesquisa sociolinguística em sala de aula? Primeiro, você precisa explicar ao seu aluno a importância da pesquisa, pois, por meio dela, produzimos conhecimentos. Ao investigar a realidade dos fatos podemos construir nosso próprio conhecimento, descobrir o verdadeiro funcionamento das coisas. Por exemplo, no caso de um fenômeno como o da concordância verbal, podemos reconhecer que nem

sempre a regra ensinada pela tradição (manuais normativos) é a que é efetivamente usada pelos falantes.

Para trabalhar a concordância verbal, propomos, então, um plano de atividade que tem por finalidade permitir que o aluno reconheça em seu dia a dia a aplicação ou não da regra da concordância verbal.

### **Plano de atividade**

Tema: Concordância Verbal

Público – alvo: Alunos do 6º ao 9º ano

#### **Primeiro Momento:**

- Aula expositiva e dialogada sobre o fato de a língua ser heterogênea. Para ilustrar, o professor pode apresentar vídeos de pessoas conversando em diferentes eventos comunicativos, por exemplo, em situações mais e menos monitoradas, envolvendo grupos de diferentes regiões do país, grupos de crianças, de jovens, de velhos, grupos de indivíduos mais escolarizados, menos escolarizados.
- Depois, lançar questões pontuais envolvendo as situações, por exemplo: i) as pessoas falam de formas diferentes, por quê? ii) o que levam falantes baianos a falarem diferente do paulista? iii) em que momentos falantes usam a língua mais próxima daquilo que a escola chama de variante de prestígio, por quê? iv) falantes que são de zona rural marcam seus falares, por quê? v) crianças falam de forma diferente de velhos, qual a razão disso? vi) mesmo que todos falem de forma diferente, todos são compreendidos. E por que isso acontece?

#### **Segundo Momento:**

- Para contemplar a concordância verbal, o professor pode apresentar aos alunos dados (de fala e de escrita), por exemplo, registrados em grandes bancos de dados disponíveis na Internet, que revelem o comportamento dos falantes com relação ao uso variável da “Concordância Verbal”. No caso da escrita, pode usar como referência os próprios textos de seus alunos, com casos de aplicação e da não

aplicação da regra. Pode também solicitar aos alunos que encontrem exemplos da escrita pela cidade (em placas, muros), nas redes sociais, na mídia (local, do estado, de outro estado); exemplos da fala, registrados em contextos familiares, grupos de amigos, em mensagens de WhatsApp, do Facebook, Instagram) etc.

- Explicar que o uso das duas regras, aplicação ou não, é motivada por fatores sociais e linguísticos. Daí relacionar, por exemplo, alguns fatores sociais como, sexo/gênero, idade e escolaridade; e alguns fatores linguísticos, como: posição do sujeito em relação ao verbo, composição do sujeito, distância do sujeito em relação ao verbo, quantidade de material fônico que diferencia a forma singular da forma plural. Por exemplo, há maior possibilidade de não aplicação da regra quando: o sujeito estiver posposto ao verbo; quando o sujeito for extenso, isto é, composto de mais de um núcleo; quando o sujeito estiver separado do verbo, por exemplo, por orações intercaladas, apostos; formas verbais como *tem* (singular) e *têm* (plural) são mais favorecedoras da não aplicação porque não há diferenciação na fala de uma forma da outra, como acontece, por exemplo, em *chegou* e *chegaram*, *saiu* e *saíram*.
- Esclarecer que esses fatores podem ser analisados sistematicamente numa pesquisa sociolinguística, a qual possibilita entender que a variação e a mudança das línguas não podem ser vistas “como um ‘problema’, mas como um elemento constitutivo da própria natureza das línguas humanas, que mudam ao longo do tempo exatamente como todos os demais elementos da cultura e da sociedade”, como argumenta Bagno (2007, p. 195).

### Terceiro Momento:

- Propor a realização de uma investigação prática. Para isso, organizar os alunos em grupos e explicar que para a pesquisa sociolinguística:
  - a) Primeiro, é preciso definir o fenômeno variável, por exemplo, **João e Maria chegaram** X **João e Maria chegou**. Que são duas variantes, ambas indicando o mesmo valor de verdade. Essas possibilidades são consideradas como a variável dependente a ser pesquisada. Então, onde observar isso? Em que contexto?

b) Assim, parte-se em direção ao segundo passo: escolha do *corpus*, se de língua falada, se de língua escrita, produzida por falantes com diferentes perfis sociais: homens, mulheres, novos, velhos, escolarizados, não-escolarizados, urbanos, rurais, enfim, podem ser levados em consideração vários critérios sociais.

c) Com a variável dependente e o *corpus* definido, o terceiro passo é formular as hipóteses de trabalho. Para cada uma das variantes, poderá fazer uma previsão: qual será mais usada? qual será menos usada? qual o impacto dos fatores sociais? Por exemplo, quem mais usará a regra prescrita, homens ou mulheres? quem mais usará a variante que é estigmatizada, indivíduos mais escolarizados ou menos escolarizados? Enfim, as hipóteses serão formuladas em função do que está sendo investigado. Elas são importantes porque direcionam o olhar do pesquisador.

d) O quarto passo é a coleta e a operacionalização dos dados: nessa etapa, deverá identificar todas as ocorrências da variável dependente, e, depois, fazer o levantamento quantitativo no sentido de observar a frequência da regra e dos fatores analisados. Por exemplo, haverá mais uso da variante de prestígio ou da variante estigmatizada? Qual fator social teve papel relevante, por exemplo, no uso da variante de prestígio? Os resultados confirmam ou não as hipóteses levantadas? São essas perguntas que deverão ser respondidas mediante os dados coletados.

e) A sistematização dos resultados é o quinto passo. Essa etapa consiste em organizar os dados em números, distribuídos em gráficos e tabelas.

f) Por fim, a apresentação dos resultados. Poderá ser feita em forma de seminário, com slides e explicações pontuais em relação ao que foi pesquisado. Também, o professor pode pedir um relatório com o registro de todas as informações da pesquisa.

#### 2.4 Concordância verbal: efetivamente o ensino

Para encerrar esta parte, tecemos algumas reflexões sobre a importância do ensino da Concordância Verbal.

Primeiro, ela precisa ser ensinada porque, independentemente de sua produtividade, ou melhor, da regra que é efetivamente usada, “constitui uma das



oportunidades de construção de um raciocínio científico sobre a língua” (VIEIRA, 2007, p. 92-93). Segundo, ensinar a Concordância Verbal, aliando a pressupostos sociolinguísticos, permite ao aluno ter uma visão mais ampla do funcionamento de uma língua. Por exemplo, que as regras gramaticais são variáveis e que podem ser explicadas por fatores sociais e linguísticos.

Terceiro, como se trata de um fenômeno de natureza morfossintática, ensinar a Concordância Verbal possibilita ao aluno perceber como a estrutura da língua se articula com diferentes níveis. Quarto, ao ensinar concordância X não concordância, pode-se refletir sobre os valores sociais atribuídos a elas, no sentido de despertar a consciência do aluno quanto ao perfil das suas variantes, “o que fará atentar para a realidade de uso em relação a esse fato linguístico” (VIEIRA, 2007, p. 98).

Por fim, defendemos que o ensino da Concordância Verbal, ou melhor, de qualquer tópico gramatical, deva ser promovido em sala de aula de modo a desenvolver no aluno o raciocínio científico acerca dos usos da língua, orientando sempre que ele precisa fazer opções linguísticas conscientes nas diversas práticas efetivas de comunicação.

Enfatizamos que as orientações sociolinguísticas apresentadas para o tema da Concordância Verbal podem ser ajustadas e aplicadas a outros aspectos gramaticais que caracterizam a língua efetivamente usada. Estamos nos referindo, por exemplo, a tópicos como: concordância nominal; regência verbal e nominal; colocação pronominal; representações de sujeitos e objetos; ordem sintática... enfim, todas as regras que envolvem o uso da língua.

### 3. PARA COMPLEMENTAR: REFERÊNCIAS COMENTADAS

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

O enfoque desta obra é o preconceito linguístico que acompanha os falantes de nossa sociedade. Tal preconceito se dá em função da confusão que se faz entre língua e gramática normativa. Como afirma o próprio autor, a obra é um “achado” que nos permite desmistificar determinados conceitos e/ou aprofundá-los a fim de que sejam sanadas as atitudes preconceituosas e respeitadas as individualidades sociais que cada indivíduo possui.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola, 2007.

Nesta obra, o autor apresenta uma visão bem clara acerca dos pressupostos que envolvem a variação linguística, permitindo ampliar o campo de atuação e nos fazendo refletir sobre a necessidade da reeducação sociolinguística.

BAGNO, Marcos. **Sete erros aos quatro ventos**: a variação linguística no ensino de português. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

Este livro traz uma investigação acerca dos livros didáticos como gênero discursivo e o que se faz neles com a variação linguística. O autor discute a respeito das relações sociolinguísticas na sociedade brasileira, da norma que rege os livros didáticos e quais os principais teóricos que os inspiram.

BORTONI-RICARDO, Stella Maria. **Educação em língua materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004.

Nesta obra, o foco é a variação linguística em sala de aula. A autora discute a respeito da visão do “erro” como um efeito da diferença entre variedades e não como um defeito a ser imputado ao aluno. Apresenta em um de seus capítulos a discussão

acerca dos conceitos de competência linguística e competência comunicativa, o que nos leva a refletir sobre as suas implicações no campo pedagógico.

BORTONI-RICARDO, Stella Maria. **Nós Chegemos na escola, e agora?** Sociolinguística & Educação. São Paulo: Parábola, 2005.

Nesta obra, a autora trata da sociolinguística educacional, com pressupostos que visam contribuir para o desenvolvimento de uma pedagogia sensível às diferenças sociolinguísticas e culturais dos alunos.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma Culta Brasileira.** Desatando alguns nós. São Paulo: Parábola, 2008.

Este livro traz uma abordagem bem significativa sobre a norma linguística. Faz esclarecimentos sobre conceitos que causam inúmeros equívocos no estudo da variação linguística, tais como: norma, norma culta, norma padrão e norma gramatical.

MARTINS, Marco Antônio; VIEIRA, Sílvia Rodrigues; TAVARES, Maria Alice. **Ensino de Português e Sociolinguística.** São Paulo: Editora Contexto, 2016.

À luz da sociolinguística, os autores explicam como trabalhar em sala de aula a diversidade existente no português brasileiro e fornecem reflexões e sugestões para a construção de uma prática pedagógica que amplie e, principalmente, respeite a bagagem comunicativa que os alunos já têm.

MOLLICA, Maria Cecília; FERRAREZI JUNIOR, Celso. **Sociolinguística, Sociolinguísticas.** São Paulo: Editora Contexto, 2016.

Neste livro, encontramos uma abordagem bem ampla acerca da Sociolinguística. Cada capítulo caminha por uma vertente, apresentando a teoria, com exemplos, propostas práticas e sugestões de leitura para aprofundamento. É de fundamental importância a leitura deste livro, pois conceitos tradicionais são reavaliados ao mesmo tempo em que constroem novos paradigmas de pesquisa para os estudos sociolinguísticos modernos.

VIEIRA, Silva Regina; BRANDÃO, Silvia Figueredo (orgs.) **Ensino de gramática: descrição e uso**. São Paulo: Contexto, 2007.

Esta obra apresenta uma coletânea de textos orientadores sobre o ensino de questões gramaticais, tendo como ponto de partida a abordagem tradicional e como ponto de chegada as descrições linguísticas que levam em consideração os padrões linguísticos e socioculturais que se observam na realidade brasileira.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: Uma proposta para o ensino de gramática**. São Paulo: Cortez, 1996.

O livro apresenta uma proposta para o ensino de gramática nas aulas de Português do 1º e 2º graus. Discute diferentes concepções de linguagem e gramática, bem como traz atividades específicas voltadas à abordagem gramatical em sala de aula.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito**. São Paulo: Parábola, 2005.

Neste livro, a autora reflete sobre o preconceito linguístico, principalmente aquele promovido pela mídia. Esclarece que o certo e o errado em toda e qualquer língua não são conceitos absolutos, e que todas as variedades linguísticas são manifestações da cultura de um povo, de um grupo, e que devem ser respeitadas.

ZILLES, Ana Maria Stahl; FARACO, Carlos Alberto. **Pedagogia da Variação Linguística**. Língua, diversidade e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

Nesta coletânea, dividida em quatro partes, encontramos subsídios que nos permitem entender o que é a Pedagogia da Variação Linguística. Além disso, seus textos nos fazem refletir sobre a abordagem dada à variação em sala de aula, ressaltando a importância de uma construção escolar baseada na heterogeneidade linguística.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO

Ao iniciarmos a pesquisa que deu origem a este Caderno Pedagógico, pensamos, primeiro, em analisar coleção/coleções de livro/livros didático/didáticos a fim de verificar como eles abordavam o tema da variação linguística. No entanto, ao buscarmos referenciais sobre o tema, notamos que já existiam pesquisas que comprovavam o que pretendíamos investigar. Dentre elas, destacamos: Coelho (2007), com o trabalho intitulado *O tratamento da Variação Linguística no Livro Didático de Português*; Gonzalez (2013), com a pesquisa *Norma e Variação nos Livros Didáticos de Língua Portuguesa e Literatura aprovados pelo Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio 2009*; Chamma (2007), com o título *A Variação linguística nos Livros Didáticos de Português (5ª a 8ª séries)*; e Francisco (2018), com o trabalho *Variação Linguística no Ensino Fundamental: A orientação do Livro Didático “Português: Linguagens” para o 7º ano e a mediação do professor*.

Nessas pesquisas, encontramos respostas para o questionamento que tínhamos em mente: o livro didático, um dos principais instrumentos utilizados pelos professores de língua portuguesa, contempla satisfatoriamente o tema da variação linguística? De modo geral, as pesquisas revelaram que os livros didáticos contemplam o tema da variação linguística, atendendo às orientações de documentos oficiais, a exemplo dos Parâmetros Curriculares Nacionais e da Base Nacional Comum Curricular. No entanto, ainda não é de forma satisfatória, pois há muitos equívocos conceituais, confusões terminológicas e reflexões limitadas sobre determinados aspectos que caracterizam a realidade sociolinguística brasileira.

Diante disso, direcionamos a nossa pesquisa para a construção de um tipo de material que pudesse auxiliar professores de língua portuguesa no que se refere ao trabalho com a variação linguística. Pensamos, então, no Caderno Pedagógico, um instrumento de formação continuada, visando, com ele, apresentar subsídios sociolinguísticos para oportunizar a atualização e ampliação dos conhecimentos que o professor de língua portuguesa (particularmente do Ensino Fundamental II) já tem sobre língua, heterogeneidade linguística e ensino.

Com os pressupostos teóricos selecionados, partimos, então, para a construção desse produto, que foi muito significativa para nós. A cada passo dado, estímulos externos (sala de aula, alunos, colegas, leituras) e internos (alegria pela trajetória, esperança, funcionalidade) surgiam como fatores motivadores, permitindo-

nos seguir acreditando que a semente plantada neste trabalho permitirá colher frutos que possam redirecionar o tratamento a ser dado ao tema da variação linguística.

Com a concretização desse produto, temos a certeza de que nós, professores, ganhamos muito com ele. Pensar a língua enquanto fenômeno social nos orienta a enxergar o nosso aluno a partir do meio em que ele vive, compreendendo que a língua não está desvinculada da sociedade. Também ganha a comunidade acadêmica, que prova, mais, uma vez que a pesquisa deve e necessita ser valorizada.

## 5. REFERÊNCIAS UTILIZADAS NO CADERNO

ALKMIM, T. M. Sociolinguística (Parte I). In: MUSSALIN, F.; BENTES A. C. (Org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 21- 43.

ALMEIDA, N. M. de. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa**. São Paulo. Saraiva. 2009

BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2007.

\_\_\_\_\_. **Sete erros aos quatro ventos: a variação linguística no ensino de português**. São Paulo. Parábola. 2013.

BARBOSA, A. G. **Saberes gramaticais na escola**. In: Org.). Ensino de gramática descritiva e uso. 2. ed., 5ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2018. p. 31-50.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. rev., ampl. e atualizada conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

\_\_\_\_\_. **Nós chegemos na escola, e agora?: sociolinguística e educação**. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2005.

CEZARIO, M. M.; VOTRE, S. **Sociolinguística**. In: MARTELLOTA, M. E. (Org.). Manual de Linguística. São Paulo: Contexto, 2008. p. 141-155.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo. Parábola Editorial. 2008.

GORSKI et al. **Sociolinguística: 5º período**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010.

MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (ORG). **Introdução a Sociolinguística: o tratamento da variação**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

NARO, A. J. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, M.; BRAGA, M. L. (Orgs.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. 4.ed., São Paulo: Contexto, 2015, p. 15-25.

PAIVA, M, da C. de. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, M.; BRAGA, M. L. (Orgs.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. 4.ed., São Paulo: Contexto, 2015, p. 33-42.

SCHERRE, M. M. P. **Doa-se lindos filhos de poodle: variação linguística, mídia e preconceito**. São Paulo: Parábola, 2005.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística**. 8. ed. São Paulo: Ática, 1990.

VIEIRA, S. R. Concordância verbal. In: BRANDÃO, Silvia Figueiredo; VIEIRA, Silva Rodrigues (Org.). **Ensino de gramática descritiva e uso**. – 2. ed., 5ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2018, p. 85-102.



## CONCLUSÕES

A realização desta pesquisa bibliográfica foi de suma importância, pois, por meio dela, pudemos conhecer de maneira mais aprofundada a Sociolinguística Variacionista, uma vertente teórica que nos direciona a enxergar a língua a partir do prisma da variação linguística. Pensar a língua enquanto fenômeno social nos orienta a enxergar o nosso aluno a partir do meio em que ele vive, compreendendo que a língua não está desvinculada da sociedade.

Em se tratando de sala de aula, os pressupostos da Sociolinguística Educacional, além de serem novos para o meio que atuamos, permitiram entender a necessidade real de se implementar uma pedagogia sensível às diferenças sociolinguísticas e culturais dos alunos, no sentido de combater crenças que estão arraigadas em nossa sociedade.

Na condição de professora de língua portuguesa, reconhecemos que o livro didático ainda é, em muitas escolas da nossa federação, o único instrumento utilizado pelos professores. Em sendo assim, a questão que norteou a nossa pesquisa foi: o livro didático de língua portuguesa contempla satisfatoriamente o tema da variação linguística?

A fim de responder a essa questão, recorremos a quatro pesquisas já feitas, Coelho (2007), Gonzalez (2013), Chamma (2007) e Francisco (2018), por meio das quais confirmamos que, embora o livro didático tenha acompanhado muitos dos avanços já empreendidos na área da linguística, o tratamento dado ao tema da variação linguística ainda não é satisfatório.

A partir dessa constatação, e atendendo a uma das exigências do PROFLETRAS, apresentamos como proposta um Caderno Pedagógico, visando com ele, num processo de formação continuada, atualizar e ampliar os conhecimentos sociolinguísticos do professor de língua portuguesa.

Ressaltamos que essa ampliação ocorreu conosco ao realizar esta pesquisa; portanto, ao divulgar os resultados deste trabalho, esperamos que o mesmo aconteça: que nossos colegas, que atuam em especial no Ensino Fundamental II, tenham uma visão ampliada da variação linguística e do papel que a escola tem no processo de formação sociolinguística dos nossos alunos.

## REFERÊNCIAS

ALKMIM, T. M. Sociolinguística (Parte I). In: MUSSALIN, F.; BENTES A. C. (Org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 21- 43.

ALMEIDA, N. M. de. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa**. São Paulo. Saraiva. 2009

ARAUJO, A. P. A desconstrução dos PCNs de língua portuguesa e a questão da identidade docente. **Revista Educação & Cidadania**, v.9, n. 1; Jan./Jun. 2010. p. 57-66.

\_\_\_\_\_. A desconstrução da ordem do discurso e a violência simbólica nas Orientações Curriculares Nacionais: em questão a identidade do sujeito-professor. In: **Horizontes de Linguística Aplicada**, ano 11, n. 2, Jul. /Dez. 2012. p.127-158.

\_\_\_\_\_. A desconstrução da política linguística educacional: em foco a identidade do professor de português. In: **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 11, n. 3, 2016. p.1259-1280.

BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2007.

\_\_\_\_\_. **Sete erros aos quatro ventos: a variação linguística no ensino de português**. São Paulo. Parábola. 2013.

BARBOSA, A. G. **Saberes gramaticais na escola**. In: Org.). Ensino de gramática descritiva e uso. 2. ed., 5ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2018. p. 31-50.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. rev., ampl. e atualizada conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BELINI, R. G. de C.; SOUSA, M. M. F. A variação linguística no livro didático: um olhar sob a perspectiva Sociolinguística. **Revista (Con)Textos Linguísticos** (UFES), v. 8, p. 211-230, 2014.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

\_\_\_\_\_. **Nós chegamos na escola, e agora?: sociolinguística e educação**. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2005.

\_\_\_\_\_; et al. (Org.) **Por que não ensina gramática assim?** São Paulo: Parábola, 2014.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2016.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental – Língua Portuguesa**, v. 2. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CALVET, L. J. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. (Trad. de Marcos Marcionilo). São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

CEZARIO, M. M.; VOTRE, S. **Sociolinguística**. In: MARTELLOTA, M. E. (Org.). Manual de Linguística. São Paulo: Contexto, 2008. p. 141-155.

CHAMMA, L. **A variação lingüística nos livros didáticos de português (5ª a 8ª séries)**. 2007. 228 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

COELHO, P. M. C. R. **O tratamento da variação linguística nos livros didáticos de português**. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: < <http://migre.me/qHOju>>. Acesso em: 1 out. 2018.

DUBOIS, J. **Dicionário de Linguística**. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo. Parábola Editorial. 2008.

FRANCISCO, J. A. S. **Variação Linguística no Ensino Fundamental: a orientação do livro didático “Português: linguagens” para o 7º ano e mediação do professor**. 2018. 96 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2018.

GONZALEZ, C. A. **Norma e Variação nos livros didáticos de língua portuguesa e literatura aprovados pelo programa nacional do livro didático para o ensino médio de 2009**. 2013. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/78128>> . Acesso em: 12 jan. 2019.

GORSKI et al. **Sociolinguística: 5º período**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010;

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Trad. Marcos Bagno et al. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

MATTOS E SILVA, R. V. **O português são dois... novas fronteiras, velhos problemas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (ORG). **Introdução a Sociolinguística: o tratamento da variação**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

NARO, A. J. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, M.; BRAGA, M. L. (Orgs.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. 4.ed., São Paulo: Contexto, 2015. p. 15-25.

PAIVA, M, da C. de. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, M.; BRAGA, M. L. (Orgs.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. 4.ed., São Paulo: Contexto, 2015. p. 33-42.

PRADA, L. E. A. **Formação participativa de docentes em serviço**. Taubaté. Cabral Editora Universitária, 1997.

SCHERRE, M. M. P. **Doa-se lindos filhos de poodle: variação linguística, mídia e preconceito**. São Paulo: Parábola, 2005.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística**. 8. ed. São Paulo: Ática, 1990.

VIEIRA, S. R. Concordância verbal. In: BRANDÃO, Silvia Figueiredo; VIEIRA, Silva Rodrigues (Org.). **Ensino de gramática descritiva e uso**. 2. ed., 5ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2018. p. 85-102.

WEINREICH, U., LABOV, W., HERZOG, M. **Fundamentos Empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

ZILLES, A. M. S; FARACO, C. A. **Pedagogia da Variação Linguística**. Língua, diversidade e ensino. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

## BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS

- BAGNO, M. **A língua de Eulália**: Novela sociolinguística. São Paulo: Contexto, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Preconceito Linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.
- BAKHTIN, M. (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BECHARA, E. Para quem se faz uma gramática? In: NEVES, M. H. M.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (Orgs.). **Gramáticas contemporâneas do português**: com a palavra, os autores. – São Paulo: Parábola, 2014. p.19-30.
- BORTONI-RICARDO, S. M.; ROCHA, M. do R. O ensino de português e a variação linguística em sala de aula. In: MARTINS, M. A.; VIEIRA, S. R.; TAVARES, M. A. (Orgs.). **Ensino de português e sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 37-55.
- BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional: LDB** – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.
- CAMACHO, R. G. A variação linguística. In: **Subsídios a proposta curricular de língua portuguesa para o segundo grau**. Vol.4. São Paulo: CENP, Secretaria do Estado da Educação, 1978. p. 29-34.
- CASTILHO, A. T. de; Elias, V. M. **Pequena gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2017.
- CIPRO NETO, P; Infante, U. **Gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Scipione, 2008.
- FIORIN, J.L. **Introdução à linguística I**: Objetos Teóricos. São Paulo: Contexto, 2002.
- GERALDI, J. W. **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1997.
- KANTHACK, G. S. **Linguística II**: Sociolinguística/Letras Vernáculas-EAD. Módulo 2, V. 5. Ilhéus: UAB/UESC, 2010.
- LIMA, R. J. Variação linguística e os livros didáticos de português. In: MARTINS, M. A.; VIEIRA, S. R.; TAVARES, M. A. (org.). **Ensino de português e sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2014. p.115-131.
- LUCCHESI, D. BAXTER, A. RIBEIRO, I. (Organizadores) **O português afro-brasileiro**. Salvador. EDUFBA, 2009.
- MARCUSCHI, L. A. **Da Fala para a Escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2007.

MARTELOTTA, M. E. **Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso.** São Paulo: Cortez, 2011.

MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras.** Vol. 1. São Paulo: Contexto, 2006.

POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola.** Campinas: Mercado das Letras, 2005.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética.** São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

SANTOS, R. L. A. A metodologia da pesquisa em sociolinguística variacionista. In: SOARES, M. B. Português na escola: história de uma disciplina curricular In: BAGNO, Marcos. (Org.). **Linguística da norma.** 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001. p.155-176.

SILVA, V. B. da. Os manuais pedagógicos em Portugal e no Brasil, de 1870 a 1970: um estudo sobre a constituição do ensino como objeto de ensino. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 15, n. 29, p. 137-150, set./dez. 2006.

TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística.** Tradução e adaptação Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2001.